



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR




**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA DURANTE A
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE ABAETETUBA**

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às 10h30min, no Salão do Júri do Fórum da Comarca de ABAETETUBA, onde se achavam presentes a Exma. Sra. Desa. VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, os Exmos. Senhores Dr. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE e Dr. LEONARDO DE FARIAS, Juizes Auxiliares da CJCI, Dr^a. CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONE, Juíza de Direito Titular da Vara Criminal e Diretora do Fórum, Dr. JOÃO RONALDO CORREA MÁRTIRES e Senhores FABÍOLA INGRID BARATA, Chefe de Gabinete da CJCI, JOSÉ DE MIRANDA CASTELO BRANCO PONTES, assessor da Desembargadora Vania Fortes Bitar, à disposição da CJCI, JAIME DIAS, assessor jurídico, THAIZA MARTINS SUANO DE FARIAS, assessora jurídica, AURÉLIO CARLOS MONTEIRO COUTINHO, assessor jurídico e CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO, auxiliar judiciário, e demais pessoas que abaixo assinam a lista de frequência, deu-se por aberta a Audiência Pública de Correição Geral. Inicialmente, a DESEMBARGADORA CORREGEDORA saudou a todos, apresentou a equipe correicional, aduziu que a correição não estava sendo realizada em decorrência de qualquer reclamação específica, mas sim em virtude de um calendário pré-programado que visa satisfazer as determinações legais, explicando, na oportunidade, a necessidade do ato correicional não só para ampliar os laços de relação entre a Corregedoria, os servidores, os magistrados e os jurisdicionados, mas principalmente para verificar a situação da Comarca, dos processos, das instalações e das condições de trabalho, visando o aprimoramento da atividade judicante, a melhora na prestação jurisdicional e o cumprimento das metas do CNJ, que é o órgão de controle administrativo e financeiro do Judiciário e também do TJPA, ressaltando não ter, a Correição, a finalidade de tão somente punir os magistrados e servidores por eventuais irregularidades constatadas, mas sim, e principalmente, para orientação dos mesmos, buscando sempre a melhora da prestação jurisdicional. A DESEMBARGADORA CORREGEDORA, no uso da

[Handwritten signatures and initials]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

palavra, informou que ficará à frente, juntamente com o Dr. Leonardo Duarte, da correição judicial, enquanto que o Dr. José Antônio será o responsável pela correição extrajudicial, bem como colocou a equipe correicional à disposição dos magistrados, servidores e jurisdicionados e ressaltou, ainda, que será realizada, ao longo da semana correicional, a fiscalização do serviço judicial e extrajudicial, bem como do juizado adjunto, e ainda, que serão realizadas visitas nos estabelecimentos prisionais existentes na Comarca, informando, ao final, que as denúncias poderão ser feitas por escrito ou verbalmente e reservadamente à equipe correicional, solicitando aos servidores cedidos, efetivos e comissionados, que permaneçam em seus locais de trabalho, mesmo que além do horário normal de expediente, durante a realização dos trabalhos correicionais, o que é imprescindível para sua conclusão. Disponibilizada a palavra à Juíza Diretora do Fórum, esta não se manifestou. Dada a palavra aos juízes correicionais, o MM. Juiz Corregedor Dr. JOSÉ ANTÔNIO, saudou a todos os presentes, apresentou-se e esclareceu a finalidade da correição, informando que faz parte de uma rotina pré-programada, afim de verificar, de fazer um levantamento das unidades judiciais e extrajudiciais para verificar o andamento da Comarca, ressaltando que será o responsável pela correição das serventias extrajudiciais, aduzindo que a equipe correicional está à disposição para colheita de informações e reclamações durante o período correicional. O MM. Juiz Auxiliar Dr. LEONARDO DE FARIAS DUARTE, também apresentou-se, saudou à todos os presentes e ressaltou que a equipe está à disposição para colheita de reclamações e denúncias. Após, não havendo mais qualquer pessoa interessada em manifestar-se, e nada mais havendo a declarar, a DESEMBARGADORA CORREGEDORA agradeceu a participação de todos, ressaltando que qualquer pessoa que tenha alguma reclamação ou denúncia, poderá fazê-lo verbalmente ou por escrito à equipe correicional e deu por encerrada a presente audiência pública, cuja Ata, Eu  (José de Miranda Castelo Branco Pontes, Mat. 122441, Assessor do Gabinete da Desembargadora Vania Fortes Bitar, à disposição da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior), lavrei e subscrevi, a qual segue devidamente assinada pelos demais presentes.

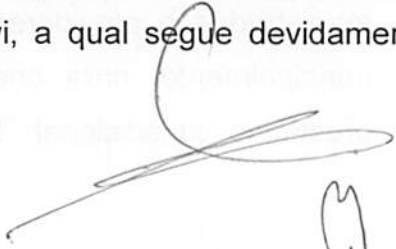


















PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



Vania Fortes Bitar
Desa. VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior

Jose Antonio Ferreira Cavalcante
Dr. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da CJCI

Leonardo de Farias Duarte
Dr. LEONARDO DE FARIAS DUARTE
Juiz Auxiliar da CJCI

Carla Sodre da Mota Dessimone
Dr^a. CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONE
Juíza de Direito da Vara Criminal e Diretora do Fórum de Abaetetuba

João Ronaldo Correa Martires
Dr. JOÃO RONALDO CORREA MÁRTIRES
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial

Fabiola Ingrid Barata
FABIOLA INGRID BARATA
Chefe de Gabinete da CJCI

Jose de Miranda Castelo Branco Pontes
JOSÉ DE MIRANDA CASTELO BRANCO PONTES
Assessor do Gabinete da Desa. Vania Fortes Bitar, à disposição da CJCI

Thaiza H. Suano de Farias
THAIZA MARTINS SUANO DE FARIAS
Assessora Jurídica

Aurelio Carlos Monteiro Coutinho
AURELIO CARLOS MONTEIRO COUTINHO
Assessor Jurídico

Jaime Dias
JAIME DIAS
Assessor Jurídico

Carlos Roberto Guimarães Pinheiro
CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO
Auxiliar Judiciário

Lista de Frequência:

- 01 - Aluizio Amaral de Araújo Costa - Cab. 2ª Vara
- 02 - José Carlos L. Moura - Prodoeolo.
- 03 - Waldemar Ruy de Castro - 1758.2
- 04 - Mochela Dantas do Nascimento O Justica
- 05 - Aletéia Patrícia Pacheco de Barros - Of. de Justiça
- 06 - Orlando Filho - Of. de Justiça
- 07 - ORIVALDO BARROS SOBRINO - Of. de Justiça
- 08 - MARCELO ALEMAR DA SILVA
- 09 - Carlos André Dias da Silva
- 10 - Juan Caludeanu Jiu. ESTAGIÁRIO
- 11 - MARCELO SILVA DA SILVA
- 12 - Wanifer Corrêa da Costa suporte (TI)



Carla Soraí da Costa Desimoni

João Geraldo Louisa Paulino

Carla Cristina Cabral Pires

Raimunda do Socorro Faria da Silva

Sandra de Nazaré Barbosa de Costa

Luiz Duarte Brasileiro

José Edilson Melo Ofeastre

Ana Maria Dias Rodrigues

Lucilene Ferreira dos Santos

Mariça Nunes da Silva

Maria Madalena Goucalo - Conia e Louisa

Juliana do Vale Batista

Francisco Luiz Alves Simões

Maria Elisiana F. Rodrigues

Bárbara N. F. de Silva Costa

Silvio Tiago Amos Silva

Ana Carolina de Castro Cavalcanti

José Manoel Cunha do Carmo

Julia Fereira Dias (Func. Exida)

Suzana Rodrigues Dias

Delma do Socorro Valente Ribeiro

Jaqueline Silva de Vilhena

Conceição Lopes Brito

Railene de Souza Pereira

Leandra Renata Carvalho dos Santos

Graciete do Socorro B. Sobrinho

Maria do Socorro

Viviana Lopes de Almeida



Mayer Justine A. de Cavalho

Suly de Sousa

Mrs. Auxiliadora R. Ferreira

M. A. L. / O. R.

DAVID RODRIGUES



1ª VARA CÍVEL



Relatório de Competência por Comarca

Comarca: ABAETETUBA

Vara: 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA
PAMELA CARNEIRO LAMEIRA

JUIZ RESPONDENDO

Competências

FAZENDA PÚBLICA

ÓRFÃOS, AUSENTES E INTERDITOS

INTERDITOS - ASSISTENCIA

ORFAOS - ASSISTENCIA

ACIDENTES DE TRABALHO

FAMILIA

CARTA PRECATORIA - CIVEL

CÍVEL E COMÉRCIO

INFÂNCIA E JUVENTUDE - ATOS INFRACIONAIS

AUSENTES - ASSISTENCIA

FAZENDA PÚBLICA, AUTAR. - ASSISTENCIA

INFÂNCIA E JUVENTUDE CIVEL

FAMILIA - ASSISTENCIA

INTERDITOS

AUSENTES

CÍVEL E COMERCIO - ASSISTENCIA

EXECUÇÃO FISCAL

ORFAOS

PROVEDORIAS, RESÍDUOS E FUNDAÇÕES



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: ABAETETUBA
EDITAL Nº 04/2017
PERÍODO: 21 a 25 de agosto de 2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar
JUIZ CORREGEDOR: Dr. Leonardo de Farias Duarte
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 1ª Vara Cível
1.2 COMPETÊNCIA: Fazenda Pública, Órfãos, Ausentes e Interditos, Acidente de Trabalho, Família, Carta Precatória, Cível e Comércio, Infância e Juventude – Atos Infracionais, Infância e Juventude-Cível, Execução Fiscal, Provedorias, Resíduos e Fundações.
1.3 MAGISTRADO (A): Dra. Carla Sodré da Mota Dessimoni
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: desde 03/07/2017
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: 01 (uma) sala ampla para o gabinete do Magistrado, com banheiro; 01 (uma) sala para a secretaria da Vara.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

Justificar:		
2.8 ACESSIBILIDADE: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Carla Sodré da Mota Dessimoni – desde de 03/07/2017		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Não houve		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, a Magistrada é Juíza Titular da Vara Criminal e Diretora do Fórum		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Não		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01. Dra. Emília Parente e Silva de Medeiros	07/01/2013	05/02/2013
02. Dr. Deomar Alexandre de P. Barroso	06/02/2013	27/02/2013
03. Dr. Carlos Márcio de Melo Queiroz	28/02/2013	15/07/2013
04. Dra. RAFAELA DE JESUS MENDES DE MORAIS	15/07/2013	13/08/2013
05. Dr. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ	14/08/2013	03/10/2013
06. Dra. Flávia Oliveira do R. Carneiro	04/10/2013	31/08/2014
07. DR. Carlos Márcio de Melo Queiroz	01/09/2014	23/11/2014
08. Dr. Enguellys Torres de Lucena	25/11/2014	15/01/2015
09. Dr. Luiz Otávio Oliveira Moreira	16/01/2015	01/02/2015
10. Dr. Carlos Márcio de Melo Queiroz	02/02/2015	03/03/2015
11. DR. Luiz Otávio Oliveira Moreira	04/03/2015	31/12/2015
12. Dr. Luiz Otávio Oliveira Moreira	07/01/2016	31/01/2016
13. Dr. Deomar Alexandre de P. Barroso	01/02/2016	01/03/2016
14. Dr. Carlos Márcio De Melo Queiroz	02/03/2016	29/05/2016
15. Dr. José Leonardo Pessoa Valença	30/05/2016	03/07/2016
16. Dr. Daniel Bezerra Montenegro Girão	18/07/2016	29/08/2016
17. Dr. Everaldo Pantoja e Silva	28/09/2016	31/10/2016
18. Dr. Gabriel Pinos Sturtz	01/11/2016	30/11/2016
19. Dr. Everaldo Pantoja e Silva	29/08/2016	09/02/2017
20. Dra. Carla Sodré da Mota Dessimoni	10/02/2017	13/02/2017
21. Dr. Everaldo Pantoja e Silva	14/02/2017	23/04/2017



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



22. Dr. João Ronaldo Corrêa Martires	24/04/2017	28/04/2017
23. Dr. Everaldo Pantoja e Silva	29/04/2017	01/05/2017
24. Dr. João Ronaldo Corrêa Martires	02/05/2017	31/05/2017
25. Dr. Everaldo Pantoja e Silva	01/06/2017	07/06/2017
26. Dr. João Ronaldo Corrêa Martires	10/06/2017	14/06/2017
27. Dr. Everaldo Pantoja e Silva	15/06/2017	22/06/2017
28. Dr. João Ronaldo Corrêa Martires	23/06/2017	02/07/2017
29. Dra. Carla Sodré da Mota Dessimoni	03/07/2017	-

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: Ana Camila de Castro
Cargo: Assessora do Juízo – Exclusivamente Comissionada
Ato de nomeação: Portaria nº 1.287/2017-GP

Nome: Silvio Tiago Amoras Silva
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 0104/2012-GP

Nome: Juliana do Vale Batista
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 1.894/2017-GP

4.2 SECRETARIA:

Nome: Marilza Nunes da Silva
Cargo: Analista Judiciário – com formação superior em Administração de Empresas (Diretora de Secretaria)
Ato de nomeação: Portaria nº 0993/94 - GP

Nome: Maria Elisiana Ferreira Rodrigues
Cargo: Analista Judiciário – com formação superior na área de Pedagogia
Ato de nomeação: Portaria nº 1.251/2006-GP

Nome: Maria Nilzareth da Silva Costa
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 0216/84-GP

Nome: Francisco Luiz Alves Trindade
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 1.251/2006-GP

Nome: João Álvaro Cunha do Carmo
Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal – Concursado – Auxiliar Operacional
Ato de lotação: Portaria 29/2013-DF

Nome: Maria do Socorro Costa de Azevedo
Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal – Concursado – Auxiliar Operacional
Ato de lotação: Portaria 39/2008-DF



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: De acordo com a escala do Ministério Público: Dr. Frederico Augusto de Moraes - desde 18/02/2013 Dra. Regina Luiza Taveira da Silva - desde 18/02/2013 Dr. Gerson Daniel Silva da Silveira - desde 19/07/2012 Dr. Bruno Saravalli Rodrigues - desde 09/02/2017
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Dr. Frederico Augusto de Moraes - Titular - (2º PJ) Dra. Regina Luiza Taveira da Silva - Titular (3º PJ) Dr. Gerson Daniel Silva da Silveira - Titular (1º PJ) Dr. Bruno Saravalli Rodrigues - Substituto
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Ana Alice Caldas Figueiredo – desde 08/2014 Dra. Danielle Maués Carvalho – desde 05/07/2013 Dra. Aline Rodrigues De Oliveira Lima – desde 04/2017 Dr. Flávio Cesar Cancela Ferreira – desde 07/2016 Dr. David Oliveira Pereira – desde 22/08/2016 Dra. Ana Claudia da Silva Cabral – desde 06/2017 Dra. Flávia Cristina Maranhão Campos – desde 22/08/2016
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Dra. Ana Alice Caldas Figueiredo – Titular Dra. Danielle Maués Carvalho - Titular Dra. Aline Rodrigues De Oliveira Lima - Titular Dr. Flávio Cesar Cancela Ferreira – designado para responder Dr. David Oliveira Pereira - designado para responder Dra. Ana Claudia da Silva Cabral – designados para responder cumula com Moju.
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Somente a Dra. Ana Claudia da Silva Cabral cumula com a Comarca de Moju.
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE): Secretaria Computador: 06



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



Scanner: 02 Impressora: 02, sendo 01 (uma) Argox e 01(uma) multifuncional
Gabinete Computador: 04 Scanner: 01 Impressora: 01
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom (X)Regular ()Ruim Justificar: Devido à instabilidade do sinal.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 12 (doze), sendo 07 (secretaria) e 05 (gabinete) Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Secretaria: sim Gabinete: insuficiente, havendo a necessidade de pelo menos mais 01 (um) ponto.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra e PJE
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1civelabaetetuba@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Marilza Nunes da Silva e Maria Elisiana F. Rodrigues. Com que frequência? Diariamente
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom ()Regular ()Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim ()Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim ()Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim ()Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? () Sim (X)Não Justificar:
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

<p>() Sim (X) Não</p> <p>Justificar: O cadastro e acompanhamento das audiências é realizado pelo gabinete, cabendo a Secretaria tão somente efetivar as diligências necessárias à realização.</p> <p>Para quando está a pauta de audiência? 05/12/2017</p> <p>Em regra, para quais dias da semana são designadas as audiências? De terça a quinta</p> <p>Quantas audiências são realizadas por dia, em média? 07 (sete)</p> <p>Os motivos de não realização/remarcação de audiência são inseridos no campo "observação" do Sistema Libra? Não, apenas é inserido o termo de audiência.</p> <p>Há um controle físico da pauta de audiência? Não, o controle é feito apenas no Sistema Libra e no <i>email</i> da unidade judiciária</p>	
<p>7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?</p> <p>() Sim (X) Não</p> <p>Justificar:</p>	
<p>7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?</p> <p>Semanalmente</p>	
<p>8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL</p>	
<p>8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA Observação CJCI: Dados fornecidos pela Diretora de Secretaria e pela Assessoria do Juízo</p> <p>TOTAL GERAL 2015: Despacho: 3.340 Decisão Interlocutória: 562 Sentença: 1.169 Audiência: 627</p> <p>TOTAL GERAL 2016: Despacho: 2.153 Decisão Interlocutória: 568 Sentença: 842 Audiência: 881</p> <p>TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição): Despacho: 1.401 Decisão Interlocutória: 390 Sentença: 617 Audiência: 381</p>	
<p>8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA Observação CJCI: Dados fornecidos pela Diretora de Secretaria e pela Assessoria do Juízo</p>	<p>QUANTIDADE</p>
<p>CIVEIS</p>	
<p>CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)</p>	<p>1.418</p>
<p>CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)</p>	<p>10</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	146
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	09
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	20
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	1.737
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRAACIONAL	137
SITUAÇÃO DE RISCO	24
TUTELA	09
GUARDA	71
ADOÇÃO	13
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	90
OUTROS	27
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	74
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	03
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	3.788
Feitos com Tramitação Externa	449
Contagem Física + Tramitação externa	LIBRA: 4.237
ACERVO LIBRA	Acervo total: 4.500 Acervo ativo: 4.099
ACERVO PJE	127
ACERVO DA UNIDADE JUDICIÁRIA (LIBRA + PJE)	4.362
9. INDICADORES GERAIS	
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (X) Sim () Não Justificar:	
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS) Observação CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho do ano de 2017.	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	753	831 (META CUMPRIDA)
2016	700	440 (META NÃO CUMPRIDA)
2017	382	300 (META NÃO CUMPRIDA)

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(x) Sim () Não

Justificar: Os processos encontram-se identificados da seguinte forma:

Idoso: etiqueta escrito "idoso" fixada na capa do processo

Adolescente internado provisoriamente: papeleta vermelha na capa do processo

Medida de proteção – Infância: papeleta amarela na capa do processo

Metas 02 do CNJ: papeleta rosa na capa do processo escrito "meta 02"

Metas 04 do CNJ: papeleta azul na capa do processo escrito "meta 04"

Metas 06 do CNJ: papeleta verde na capa do processo escrito "meta 06"

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(05) INICIAIS;

(10) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(02) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

(07) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:

(04) IDOSO;

(01) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

(06) AÇÕES DE ALIMENTOS;

(-) RÉU PRESO;

(03) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

(-) ALVARÁ DE SOLTURA;

(08) POR ORDEM CRONOLÓGICA

(09) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;

(-) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

Observação CJCI: Dados fornecidos pela Diretora de Secretaria e pela Assessoria do Juízo.

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	-	-
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	-	-
INFOSEG	X	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	-	-
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Observação: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJEPa até o mês de junho do corrente ano. Acervo da meta: 1.845 Alvo: 1.476 Julgamento: 1.126 Grau de julgamento: 61,03% Grau de cumprimento: 76,29% Necessidade de julgamento: 350 <u>META NÃO CUMPRIDA</u>		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Não		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014): Observação: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJEPa até o mês de junho do corrente ano. Acervo da meta: 18 Alvo: 11 Julgamento: 08 Grau de julgamento: 44,44% Grau de cumprimento: 74,07% Necessidade de julgamento: 03 <u>META NÃO CUMPRIDA</u>		
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga: 04 (quatro) no PJE, sendo a data de conclusão mais antiga 26/07/2017 04 (quatro) no Sistema Libra, sendo a data de conclusão mais antiga 09/05/2017		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Prejudicado
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Prejudicado
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Prejudicado
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado, considerando que o juízo da execução funciona na Comarca de Belém.
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 00
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (X) Não Justificar: Não foram verificadas pendências em relação a análise de pedidos de decretação ou revogação de medida de internação provisória.
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 36 (trinta e seis), tais como liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



<p>() Sim (X) Não Justificar: São executadas e fiscalizadas pelo CREAS, com posterior encaminhamento de PIA a unidade judiciária.</p>
<p>12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não, todos são encaminhados para a Comarca de Belém</p>
<p>12.8. EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado</p>
<p>12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim, o Espaço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.</p>
<p>12 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL</p>
<p>13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado</p>
<p>13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado</p>
<p>13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado</p>
<p>13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado</p>
<p>13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado</p>
<p>13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado</p>
<p>13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado</p>
<p>13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado</p>
<p>13 PRECATÓRIAS</p>
<p>14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 77 (setenta e sete) - LIBRA 14 (quatorze) - PJE</p>
<p>14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado</p>
<p>14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 45</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: As cartas precatórias só são verificadas quando as partes comparecem no balcão de atendimento da secretaria e cobram a sua devolução Cobrança: Através de malote digital ou <i>email</i> .		
14 INQUÉRITOS POLICIAIS		
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado		
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado		
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: Prejudicado		
15 PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 64 (sessenta e quatro) - PJE		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 453 Obs: Constatam 786 petições pendentes de associação no Sistema Libra.		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO (secretaria): 94		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS (gabinete): 799		
16 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 891		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 501		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 37		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 826 (Libra) / 00 (PJE)		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 568 (Libra) 65 (PJE)		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
ALCIR DA SILVA LOBATO	Libra: 01	23/10/2015
DEA MARIA SALES DA SILVA	Libra: 01	23/10/2015
ALETEIA PATRICIA PACHECO DE BARROS	Libra: 06	14/06/2017



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
 ABAETETUBA



	PJE: 12	
MARCELO ALENCAR DA SILVA	Libra: 00 PJE: 01	02/08/2017
ORIVALDO BARARUA SOLANO	Libra: 47 PJE: 09	13/03/2017
WALDIMIR PUREZA DE CARVALHO	Libra: 02 PJE: 06	11/07/2017
MAURO OSVALDO DE OLIVEIRA PEREIRA	Libra: 00 PJE: 01	20/07/2017
CLELIVALDO ARAÚJO DA SILVA	Libra: 14 PJE: 03	24/08/2015
MICHELA DANTAS DO NASCIMENTO	Libra: 33 PJE: 10	03/11/2016
WALDO PINTO PINHEIRO	Libra: 01	19/09/2012
VALDO MIGUEL MATOS LOBATO	Libra: 22	01/10/2014
JOSÉ MARONILTON LUIZ DA SILVA	Libra: 02	23/03/2017
JOSÉ MARIA TORRES CAMPOS	Libra: 02	06/02/2017
TOTAL	LIBRA: 131 PJE: 42	

17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(X) Sim () Não

Justificar: Como é feito o controle/cobrança?

Controle: Não há um controle efetivo. Só é realizado quando a parte comparece em balcão e se verifica que o mandado ainda não foi devolvido.

Cobrança: Em regra, de forma verbal. Na hipótese de não devolução, há comunicação formal ao Juiz que estiver respondendo pela unidade.

17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:

	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	123	13/06/2017
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	55	03/05/2010
17.7.3 ADVOGADO	10	14/10/2015

17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(X) Sim () Não

Justificar: Como é feito o controle/cobrança?

Controle: Através do relatório de carga ao MP, Advogado e Defensor emitido pelo Sistema Libra uma vez ao mês.

Cobrança: Através do Diário de Justiça

17 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)

18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?

() Sim (X) Não

Consideração CJCI: Em que pese tenham sido localizados diversos bens apreendidos no setor de arquivo da unidade, os mesmos não estão cadastrados no Sistema Libra e nem no Sistema de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça.

18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

APREENDIDOS? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Armas e bens apreendidos ficam acondicionados no setor de arquivo da unidade judiciária.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
NÃO HÁ BENS OU OBJETOS CASTRADOS NO SISTEMA LIBRA		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
18 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Relatório em anexo.		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não A servidora Carla Cristina Cabral Alves		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		



19 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

Considerando o elevado número de processos, a insuficiência de servidores frente as demandas existentes nesta Secretaria e suas peculiaridades, as quais acumulamos em caráter privativo, tais como: Infância, Interditos, Fazenda Pública, Execução Fiscal, e por distribuição Família e Cíveis, se faz necessária a criação imediata de uma Vara privativa da infância/Juventude, a qual requer um acompanhamento especial, a fim de promovermos maior celeridade e eficiência no tratamento dos processos envolvendo tais matérias. Solicitando mutirão para cumprimento dos Atos Judicial.

20 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Não houveram considerações.

21. CORREGEDORIA DO INTERIOR

A 1ª Vara Cível na Comarca de Abaetetuba detêm ampla competência em matéria cível, recebendo feitos relativos à provedorias, resíduos e fundações, órfãos, acidente de trabalho, família, cível e comércio, sucessões, registros públicos, e cartas precatórias cíveis.

A unidade encontra-se vaga e quem está respondendo pela 1ª Vara Cível é a Dra. Carla Sodré da Mota Dissemoni, desde 07/11/2016, cumulando atribuições com a Direção do Fórum e a Titularidade da Vara Criminal.

O acervo processual ativo da unidade no sistema LIBRA conta com 4.099 (quatro mil e noventa e nove) feitos, entretanto, durante a contagem física, foram computados 4.237 (quatro mil, duzentos e trinta e sete) processos (dos quais 3.788 se encontravam na vara e 449 com tramitação externa), denotando uma discrepância de 138 (cento e trinta e oito) autos físicos que não constam cadastrados no sistema LIBRA.

A despeito da ampla competência e considerável acervo processual, a unidade conta com reduzido quadro de servidores do TJEP, verificando-se ainda um descompasso entre a qualificação daqueles lotados na secretaria da unidade judiciária e os lotados no gabinete do Juízo:

- a) Gabinete: possui 01 (um) assessor e 02 (dois) dois analistas judiciários – área judiciária;
- b) Secretaria: possui 01 (um) Diretor de Secretaria (que apesar de ser analista judiciário, possui formação em administração de empresas); 01 analista judiciário da área de Pedagogia; 02 (dois) auxiliares judiciários, ambos sem formação jurídica, e 02 (dois) servidores cedidos da Prefeitura Municipal de Abaetetuba.

Ressalte-se que, tal situação reflete diretamente no acúmulo de serviço na secretaria da unidade judiciária, bem como contribui para a demora na tramitação dos feitos e ineficiência no cumprimento das determinações judiciais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

Necessário apontar ainda que, segundo informações prestadas pela Seção de Registro de Atividades Judiciais da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, os servidores Silvio Tiago Amoras Silva e Juliana do Vale Batista, ambos Analistas Judiciários – Área Judiciária, possuem lotação, perante o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na Secretaria da 1ª Vara Cível da Comarca de Abaetetuba, e não no Gabinete do Juízo.

Verificou-se também que a secretaria da unidade apresenta organização deficiente, com diversos armários e prateleiras sem identificação e grande volume de processos nas estações de trabalho, circunstâncias que dificultam a localização dos feitos, a despeito da utilização do módulo de tramitação interna do Sistema Libra.

Foram localizadas 786 (setecentas e oitenta e seis) protocolos pendentes de associação no Sistema Libra e 453 (quatrocentas e cinquenta e três) petições físicas pendentes de juntada, as quais encontravam-se acondicionadas em pastas que não estavam devidamente identificadas de acordo com o mês e ano de seu protocolo.

Insta evidenciar ainda que, algumas das mencionadas pastas possuíam, além de petições intermediárias, AR'S, mandados, cartas precatórias, entre diversos outros expedientes, acondicionados todos no mesmo lugar e sem qualquer critério de organização ou identificação.

Foi encontrada, em uma das portas do armário da secretaria da unidade, 01 (uma) caixa com cerca de 155 (cento e cinquenta e cinco) AR'S pendentes de juntada, identificados como pertencentes a feitos relativos aos anos de 2007, 2013 e 2014 e que já se encontram arquivados, bem como outros 145 (cento e quarenta e cinco) de diversos anos, tanto de processos arquivados como em andamento.

Também foram localizados inúmeros processos aguardando devolução de AR e ofício, sem tramitação interna e em prateleiras igualmente sem identificação, assim como uma enorme quantidade de feitos paralisados em caixas identificadas como "aguardando decurso de prazo – família" e em armário identificado como "execução fiscal".

Foi constatada a existência de 55 (cinquenta e cinco) cartas precatórias pendentes de juntada, algumas inclusive do ano de 2015, 37 (trinta e sete) processos em pré-conclusão, 07 (sete) mandados prontos e assinados, sem distribuição, bem como 12 (doze) cartas precatórias avulsas e sem capa, sem que fosse realizado o mencionado procedimento no momento da autuação.

Verificou-se ainda, a existência de 1.646 (um mil, seiscentos e quarenta e seis) processos sem qualquer movimentação há mais de 100 (cem), 6.006 (seis mil e seis) tramitações pendentes de recebimento na unidade judiciária.

Observou-se também a existência de cerca de 1.400 (um mil e quatrocentos) processos pendentes de cumprimento de decisão judicial pela Secretaria, sendo 891 há mais de 100 dias e 501 há menos de 100 dias, tais como os processos de nº 0000886-24.2010.8.14.0070, 0002779-65.2010.8.14.0070, 0001476-42.2013.8.14.0070, 0000502-25.2011.8.14.0070, 0039169-89.2015.8.14.0070, etc., bem como de 826 (oitocentos e vinte e seis) feitos conclusos ao gabinete há



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



mais de 100 (cem) dias.

Existem processos 123 processos com carga ao MP, 55 tramitados para a Defensoria Pública e 10 com vistas ao advogado.

Em conversa com os servidores da unidade, foi informado a equipe da Corregedoria do Interior que os mandados distribuídos aos oficiais de justiça e os feitos com carga ao MP, defensoria pública e advogado só são cobrados quando as partes comparecem em balcão.

Ademais, constatou-se ainda que apesar dos processos detentores de prioridade processual encontram-se identificados com papeletas coloridas fixadas nas capas dos processos, a rápida localização dos feitos torna-se extremamente dificultosa em razão dos processos encontrarem-se acondicionados em caixas-arquivo.

No que tange aos feitos relativos à infância e juventude, constatou-se a inexistência de adolescentes internados provisoriamente e que 36 (trinta e seis) encontravam-se em liberdade assistida e cumprindo prestação de serviço à comunidade, que são fiscalizadas pelo CREAS, com posterior encaminhamento de PIA a unidade judiciária.

Não há unidade de internação de adolescentes na Comarca de Abaetetuba, sendo os adolescentes encaminhados para Belém.

Há entidade de acolhimento a criança e adolescente na Comarca de Abaetetuba, que no momento da correição possuía 12 (doze) acolhidos e se encontrava em precário estado de limpeza e organização.

Ressalte-se que as crianças e adolescentes da entidade são atendidos por psicólogos e assistentes sociais e frequentam escolas do município, bem como realizam atividades externas, entre as quais dança, religião e desporto.

Quanto aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça verificou-se que, apesar de não constar no sistema libra ou no sistema de bens apreendidos, do CNJ, nenhum objeto cadastrados, em visita ao arquivo da unidade judiciária foram localizados diversos bens apreendidos, tais como DVD pirata, bicicleta, balança, etc., 08 (oito) simulacros, 03 (três) armas artesanais, 10 (dez) armas de fogo, 90 (noventa) armas brancas, a quantia de R\$ 12,00 (doze reais) em dinheiro, 04 (quatro) aparelhos celulares e, inclusive, drogas e provas de crimes sexuais em processo.

Contudo, observou-se ainda que a unidade judiciária alimenta corretamente o cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei, o cadastro nacional de adoção e o cadastro nacional de crianças Acolhidas, conforme demonstrado em quadro específico do relatório.

Foram localizados 02 (dois) processos sem classe ou assunto do CNJ, 05 (cinco) processos arquivados com apensos em outra situação e 04 (quatro) processos não arquivados com apensos arquivados, situações que devem ser objeto de análise pelo diretor de secretaria da unidade, corrigindo eventuais discrepâncias a fim de que os registros no sistema de gestão processual reflitam com exatidão o constante nos autos, uma vez que tais dados refletem na taxa de congestionamento da vara.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

Ressalte-se que, 1ª Vara Cível de Abaetetuba atualmente apresenta taxa de congestionamento de 88,96%, tendo no ano de 2016 atingido a taxa de 73,37%, ou seja, acima do índice de referência 69% estabelecido pelo TJEPA para o período.

Os indicadores da atividade jurisdicional da unidade revelam o não cumprimento das Metas 1, 2, 4 e 6 do CNJ, nos anos de 2015 e 2016, havendo a necessidade da adoção de medidas para efetivo cumprimento das mesmas no ano de 2017, considerando que até o momento da correição elas ainda se encontravam na referida condição.

Na análise de processos por amostragem constatou-se em diversos feitos a falta de cumprimento integral das determinações judiciais e de certificação de atos pela Secretaria da unidade, fatos que ensejaram a desnecessária conclusão dos processos e culminaram com a prolação de despachos reiterando a necessidade do total cumprimento da decisão judicial anteriormente exarada, em claro prejuízo à razoável duração dos processos, conforme análise processual em anexo.

Em que pese o esforço da Diretora de Secretaria e da atual magistrada, tanto a Secretaria quanto o Gabinete da 1ª Vara Cível apresentam organização deficiente e falta de gerenciamento na movimentação dos processos que, ao que tudo indica, vem de longa data. Desta forma, faz-se necessário efetuar a readequação do (em regra) elevado tempo de tramitação dos feitos.

A Secretaria e o Gabinete não observam, por exemplo, ordem cronológica na tramitação dos processos, com ressalva para casos urgentes e prioritários. Consequentemente, alguns poucos atos judiciais e de secretaria são praticados com certa celeridade, enquanto inúmeros outros processos demoram meses, e às vezes anos, para serem movimentados.

A elevada competência, o grande acervo processual e ao fato da 1ª vara cível encontrar-se sem Magistrado titular, acarretam a necessidade de alocação de 01 (um) juiz substituto para responder exclusivamente pela mesma, considerando que a atual magistrada cumula atribuições com a Titularidade da Vara Criminal e a Direção do Fórum.

Por fim, necessário apontar também que foram apresentados pleitos pela unidade que não se encontram na esfera de atribuições cometidas ao Órgão Censor, tais como a designação de servidores e criação de uma vara privativa para os feitos da infância e juventude, questões **que deverão ser encaminhadas respectivamente à Presidência desta E. Corte e à Comissão de Organização Judiciária para análise.**

Em razão do observado na 1ª Vara Cível da Comarca de Abaetetuba, este Órgão Censor emite as seguintes **RECOMENDAÇÕES:**

- 1) Ao Magistrado gestor da unidade para que adote as seguintes providências:
 - a) proceder a adequação dos recursos humanos disponíveis na unidade, com a adoção das medidas necessárias com vistas a garantir a alocação equitativa de servidores efetivos do TJEPA, inclusive de analistas judiciários – área judiciária;
 - b) empreender os esforços necessários para dar cumprimento às Metas para 2017



estabelecidos ao Poder Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça;

c) elaborar cronograma de trabalho, em conjunto com o Diretor de Secretaria, para dar cumprimento à demanda acumulada na unidade, estabelecendo metas de trabalho e diligenciando principalmente para que se proceda o seu cumprimento efetivo;

d) implementar a ordem cronológica de conclusão, ressalvados os casos urgentes e prioritários, determinada pelo Código de Processo Civil, de modo a evitar que alguns processos fiquem paralisados em gabinete por muito tempo, e outros recebam tramitação célere;

e) apreciar os 08 (oito) feitos que se encontram pendentes de análise de medida liminar em gabinete.

2) Determinar ao Diretor de Secretaria da unidade que diligencie para **adequação das rotinas de trabalho desenvolvidas na unidade**, principalmente no sentido de promover:

2.1) a identificação dos motivos para a discrepância entre o acervo físico constante na unidade e o acervo ativo informado pelo Sistema LIBRA, adotando as providências necessárias para identificação de feitos que porventura não se encontrem ativados na referida plataforma processual, a fim de que este passe a refletir o real acervo da unidade, permitindo melhor aferição dos dados estatísticos e adoção de providências gerenciais pelo magistrado gestor da vara;

2.2) a identificação dos armários e prateleiras da unidade judiciária, promovendo a organização dos feitos que ali tramitam por fase processual e ordem de conclusão, conforme estabelece o Código de Processo Civil;

2.3) a juntada das 453 (quatrocentos e cinquenta e três) petições físicas que se encontram pendentes de tal providência em secretaria, bem como a associação, no Sistema Libra, dos outros 333 (trezentos e trinta e três) expedientes que já se encontram nos autos;

2.4) a identificação dos feitos que possuam detentores de prioridade legal e dos processos integrantes da lista de metas do Conselho Nacional de Justiça, através de tarjas coloridas afixadas nas laterais dos autos, com vistas a facilitar a sua rápida localização, bem como promover a separação física dos demais autos;

2.5) o andamento e agilização dos processos que possuam detentores de prioridade legal, bem como dos que integram as listas de metas 2, 4 e 6 do Conselho Nacional de Justiça;

2.6) a atualização da classe dos 02 processos sem classe ou assunto definido, conforme a tabela de classes processuais do CNJ;

2.7) a verificação dos motivos para a existência de 05 (cinco) processos arquivados com apensos em outra situação e 04 (quatro) processos não arquivados com apensos arquivados, corrigindo eventuais discrepâncias a fim de que os registros no sistema de gestão processual reflitam com exatidão o constante nos autos, uma vez que tal procedimento possui impacto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

- direto na taxa de congestionamento da unidade judiciária;
- 2.8) a cobrança dos processos que se encontram com tramitação externa em aberto, com vistas ao advogado, Ministério Público ou Defensoria Pública, bem como proceder controle dos mencionados prazos, pelo menos a cada 30 (trinta) dias;
- 2.9) a verificação dos processos que se encontram com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, com a realização de destinação de valores depositados, se for o caso;
- 2.10) o cumprimento dos mais de 1.392 (um mil, trezentos e noventa e dois) processos que se encontram pendentes de cumprimento de ato judicial;
- 2.11) a cobrança, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, de devolução de mandados e/ou cartas precatória expedidas que se encontrem com prazo de cumprimento extrapolado, através da utilização da ferramenta de “controle de prazo” do Sistema Libra, bem como proceder o seu recebimento da referida plataforma processual a fim de evitar a ocorrência de lixo eletrônico;
- 2.12) a organização de petições intermediárias, AR, mandados, cartas precatórias e ofícios em pastas devidamente separadas por tipo de documento e identificadas de acordo com o mês e o ano de apresentação do protocolo e/ou documento, a fim de facilitar posterior juntada dos referidos expedientes nos autos;
- 2.13) o andamento aos feitos de execução fiscal e dos processos de família que se encontram completamente paralisados na secretaria da unidade judiciária;
- 2.14) o capeamento de todos os feitos que tramitam na referida unidade em que não foram adotadas tais providências, inclusive das 12 (doze) cartas precatórias que foram encontradas avulsas na Secretaria;
- 2.15) o recebimento das 6.006 (seis mil e seis) tramitações que se encontram pendentes de tal providência no Sistema Libra;
- 2.16) o andamento das 1.646 (um mil, seiscentos e quarenta e seis) processos que se encontram sem movimentação há mais de 100 (cem) dias;
- 2.17) o encaminhamento imediato ao gabinete do Juízo dos 37 (trinta e sete) processos que se encontram pendentes de conclusão, adotando as medidas necessárias para que não ocorra a “pré-conclusão” de feitos em secretaria, prática vedada pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme relatório da Inspeção Preventiva realizada pelo CNJ no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no período de 17/12 a 20/12/2008;
- 2.18) a distribuição dos 07 (sete) mandados que se encontram pendentes da referida providência em Secretaria;
- 2.19) a juntada das 55 (cinquenta e cinco) cartas precatórias e dos cerca de 300 (trezentos) AR'S encontrados fisicamente na Secretaria da unidade judiciária;
- 2.20) o cadastramento no Sistema Libra e no Sistema Nacional de Bens Apreendidos, do CNJ,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



dos objetos apreendidos que se encontram acondicionados no setor de arquivo da unidade judiciária;

2.21) o cadastramento no Sistema LIBRA dos motivos de remarcação/não realização de audiências;

2.22) a publicação de resenha diariamente;

2.23) a certificação do levantamento e cobrança das custas finais nos feitos antes da conclusão para sentença;

2.24) o cadastramento no Sistema Libra de todos os documentos expedidos pela secretaria da unidade judiciária;

2.25) a implementação da ordem cronológica de conclusão, ressalvados os casos urgentes e prioritários, determinada pelo Código de Processo Civil, de modo a evitar que alguns processos fiquem paralisados em secretaria por muito tempo, e outros recebam tramitação célere;

2.26) a identificação os feitos detentores de prioridade processual com tarjas coloridas, fixadas nas laterais dos autos, em razão dos processos encontrarem-se acondicionados em caixas-arquivo.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA CJCI:

1) Expedir ofício à Presidência desta E. Corte, encaminhando cópia do presente relatório, para conhecimento acerca dos pontos relativos à sua esfera de atribuição e adoção das providências que entender necessárias e adequadas, especialmente quanto à:

a) designação de 01 (um) Magistrado substituto para responder pela 1ª Vara Cível de Abaetetuba, que é cumulada pela Juíza Titular da Vara Criminal e que também desempenha a função de Diretora do Fórum;

b) lotação de 01 (um) analista judiciário – área judiciária na secretaria da unidade.

2) Expedir ofício à Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assunto Administrativos e Legislativos, encaminhando cópia do presente relatório, para que avalie a necessidade e oportunidade de redistribuição de competência da 1ª Vara Cível da Comarca de Abaetetuba com as demais unidades judiciárias, sobretudo com a 2ª Vara Cível.

Abaetetuba-PA, 21/08/2017.



2ª VARA CÍVEL



Relatório de Competência por Comarca

Comarca: ABAETETUBA

Vara: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA
JOAO RONALDO CORREA MARTIRES

JUIZ RESPONDENDO

Competências

CÍVEL E COMÉRCIO

CARTA PRECATORIA - CIVEL

FAMILIA

FAMILIA - ASSISTENCIA

ACIDENTES DE TRABALHO

PROVEDORIAS, RESÍDUOS E FUNDAÇÕES

INFÂNCIA E JUVENTUDE CIVEL

REGISTROS PUBLICOS - ASSISTENCIA

CIVEL E COMERCIO - ASSISTENCIA

SUCESSES

REGISTROS PÚBLICOS



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: ABAETETUBA
EDITAL Nº 004/2017
PERÍODO: 21 à 25/08/2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUIZ CORREGEDOR: Dr. Leonardo Farias Duarte
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 2ª Vara Cível e Empresarial
1.2 COMPETÊNCIA: Cível e Comércio, Carta Precatória, Família, Acidentes de Trabalho, Provedorias, Resíduos e Fundações, Infância e Juventude Cível, Sucessões e Registro Público.
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. João Ronaldo Correa Mártires
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: desde 29/08/2016
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: 01 (uma) sala para o gabinete do Magistrado, com banheiro; 01 (uma) sala para a secretaria da Vara. Considerações CJCI: O espaço físico destinado a Secretaria da unidade judiciária não comporta adequadamente o acervo e nem a quantidade de servidores ali alocados.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boa () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
3. MAGISTRADOS		
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. João Ronaldo Correa Mártires		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 29/08/2016 – Posse (Portaria nº 133/2016 – GJ); 05/09/2016 – Férias do Magistrado (Portaria nº 410/2016 – GP); 05 a 07/10/2016 – compensação plantão (Portaria nº 410/2016 – GP); 13 a 14/02/2017 (Portarias nº 0815 e 0816/2017 – GP); 02 a 04/08/2017 (Portaria nº 3730/2017 – GP).		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, com a Justiça Eleitoral e Juizado Especial Cível e Criminal de Abaetetuba		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Semana de Conciliação do Juízo - 03 à 07/03/2017 Semana de Conciliação – 05 à 09/06/2017		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01. Rafaela de Jesus Mendes de Moraes	15/07/2013	13/08/2013
02. Flávia do Rosário Oliveira Carneiro	07/01/2014	05/02/2014
03. Luiz Otávio Oliveira Moreira	04/05/2015	02/06/2015
04. Carlos Márcio de Melo Queiroz	07/04/2008	30/06/2016
05. José Leonardo Pessoa Valença	04/07/2016 05/09/2016 12/10/2016	18/07/2016 11/10/2016 14/10/2016
06. Daniel Montenegro Girão	18/07/2016	29/08/2016
07. Everaldo Pantoja da Silva	09/01/2017 10/02/2017	07/02/2017 13/02/2017
08. João Ronaldo Correa Mártires	29/08/2016	Até os dias atuais
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



4.1 GABINETE:

Nome: Railene de Souza Pereira
Cargo: Assessora do Juízo – Exclusivamente comissionada
Ato de nomeação: Portaria nº 4736/2016-GP, de 07/10/2016

Nome: Aluizio Omar de Araújo Costa
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 0579/2005, Portaria nº 035/2014

4.2 SECRETARIA:

Nome: Ivanete Silva de Vilhena
Cargo: Analista Judiciário, com formação em Administração de Empresas (Diretora de Secretaria)
Ato de nomeação: Portaria nº 0994/94-GP, de 22/11/2004

Nome: Delma do Socorro Valente Ribeiro
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 1.244/2006 - GP

Nome: Suzane Rodrigues Paes
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 0400/2013 - GP

Nome: Dilce do Socorro Ferreira Dias
Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal - Agente Administrativo - concursada
Instrumento de Cessão: Ofício nº 11/2009 – 17/02/2009

Nome: Erick Lopes Bittencourt
Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal - Agente Fiscal – concursado
Instrumento de Cessão: 01/2007 – DRH/PMA, de 03/01/2007

Nome: Sandra de Nazaré Barbosa Da Costa.
Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal – Servente
Instrumento de Cessão: Portaria nº 15/92 – 14.02.1992 e Portaria nº 523/2010-GP/SEMAD

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. Frederico Augusto de Moraes Freire – desde 18/02/2013;
Dra. Regina Luiza Taveira da Silva – desde 18/02/2013;
Dr. Gerson Daniel Silva da Silveira – desde 12/07/2012;
Dr. Bruno Saravalli Rodrigues – desde 09/02/2017.

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Dr. Frederico Augusto de Moraes Freire - Titular da 2ª PJ;
Dra. Regina Luiza Taveira da Silva - Titular da 3ª PJ;
Dr. Gerson Daniel Silva da Silveira – Titular da 1ª PJ;
Dr. Bruno Saravalli Rodrigues – Respondendo pela 4ª e 5ª PJ.

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Sim, os Defensores Públicos Frederico Augusto de Moraes Freire, Regina Luiza Taveira da Silva e Bruno



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

Saravalli Rodrigues cumulam atribuições na 1ª e 2ª Varas Cíveis de Abaetetuba

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dra. Ana Alice Caldas Figueira – desde 08/2014
Dra. Danielle Maués Carvalho – desde 07/07/2013
Dra. Aline Rodrigues de Oliveira Lima – desde 04/2017
Dr. Flávio Cesar Cancela Ferreira – desde 07/2016
Dr. David Oliveira Pereira – desde 22/08/2016
Dra. Ana Cláudia Da Silva Cabral – Coordenadora 06/2017

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Dra. Ana Alice Caldas Figueira - Titular
Dra. Danielle Maués Carvalho - Titular
Dra. Aline Rodrigues De Oliveira Lima - Titular
Dr. Flávio Cesar Cancela Ferreira – Designado para responder
Dr. David Oliveira Pereira - Designado para responder
Dra. Ana Cláudia da Silva Cabral - Designado para responder

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

A Dra. Ana Cláudia da Silva Cabral cumula com a Comarca de Moju

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS

Prejudicado

6.1.1 FROTA:

Prejudicado

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE):

Gabinete

Computador: 03

Notebook: 01

Scanner: 01

Impressora: 01, sendo que a mesma se encontra quebrada

Secretaria

Computador: 06

Scanner: 02

Impressora: 02, sendo 01 (uma) zebra

6.2.1 ACESSO À INTERNET:

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 06 (seis)

Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



Não, pois há necessidade de mais 02 (dois) pontos, 01 (um) para a impressora, conforme orientações repassadas pelo técnico da informática e 01 (um) outro para conectar um computador que se encontra desativado.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA e PJE
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 2civelabaetetuba@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? As servidoras Ivanete Silva de Vilhena, Delma do Socorro Valente Ribeiro e Suzane Rodrigues Paes. Com que frequência? Diariamente
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: Treinamento de PJE
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? () Sim (X) Não Justificar: O cadastro e acompanhamento das audiências é realizado pelo gabinete, cabendo a Secretaria tão somente efetivar as diligências necessárias à realização. Para quando está a pauta de audiências? 06/12/2017 Em regra, em quais dias da semana são realizadas as audiências? De terça a quinta, restando as segundas e sextas para as urgências Quantas audiências são realizadas por dia, em média? 04 (quatro) Os motivos da não realização/remarcação de audiência são cadastrados no campo "observação" do Sistema Libra? Sim.
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? () Sim (x) Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

Justificar:	
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Semanalmente, salvo se houver urgências.	
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL	
8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA: Observação CJCI: Dados fornecidos pela Diretora de Secretaria e pela Assessoria do Juízo	
TOTAL GERAL 2015: Despacho: 1.754 Decisão Interlocutória: 495 Sentença: 743 Audiência: 558	
TOTAL GERAL 2016: Despacho: 1.668 Decisão Interlocutória: 516 Sentença: 423 Audiência: 872	
TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição): Despacho: 1.321 Decisão Interlocutória: 353 Sentença: 325 Audiência: 342	
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA Observação CJCI: Dados fornecidos pela Diretora de Secretaria e pela Assessoria do Juízo.	QUANTIDADE
CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	995
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	1.876
CRIMINAIS	
PENAIIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
PENAIIS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA	-



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
 ABAETETUBA



A MULHER	
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	11
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	2.882
Feitos com Tramitação Externa	108
Contagem Física + Tramitação externa	2.990
ACERVO LIBRA	Acervo total: 3.092 Acervo ativo: 3.031
PJE	138
TOTAL	3.128

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observação CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho de 2017.

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	636	657 (META CUMPRIDA)
2016	576	381 (META NÃO CUMPRIDA)
2017	248	223 (META NÃO CUMPRIDA)

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
 ABAETETUBA

Justificar:
 Idoso: São fixadas etiquetas escrito "prioridade na tramitação", além dos processos ficam separados em caixas específicas.
 Metas do CNJ: tarja vermelha

- 9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:**
 (5) INICIAIS;
 (9) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
 (3) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
 (6) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
 (2) IDOSO;
 (-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
 (1) AÇÕES DE ALIMENTOS;
 (-) RÉU PRESO;
 (-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
 (4) ALVARÁ DE SOLTURA;
 (8) POR ORDEM CRONOLÓGICA
 (7) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
 (-) OUTRO

Observação CICI: Dados fornecidos pela Diretora de Secretaria e pela Assessoria do Juízo.

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	-	-
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	-	X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	-
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	-	-
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	-	-
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	-	-
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	-	-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	-	-

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?
 () Sim () Não
 Justificar:
 Prejudicado

10. INDICADORES CÍVEIS
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS



PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):

Observação CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJEPa até o mês de junho do ano de 2017.

Acervo da meta: 1.439

Alvo: 1.151

Julgados: 867

Grau de julgamento: 60,25%

Grau de cumprimento: 75,31%

Necessidade de julgamento: 284

META NÃO CUMPRIDA

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:

Prejudicado

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014):

Observação CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJEPa até o mês de junho do ano de 2017.

Prejudicado, pois a unidade não possui feitos relativos a Meta 06 do CNJ.

10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:

Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga:

LIBRA: 04 (quatro), sendo a data de conclusão mais antiga 18/04/2017

PJE: 18 (dezoito), sendo a data de conclusão mais antiga 18/06/2017

11. INDICADORES CRIMINAIS

11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):

Prejudicado

11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:

Prejudicado

11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:

Prejudicado

11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado



13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: LIBRA: 11 PJE: 29
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: LIBRA: 21 PJE: 01
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: Uma vez ao mês os processos em que foram expedidas cartas precatórias são verificados pelos servidores da unidade judiciária. Cobrança: Através de ofício e malote digital.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: Prejudicado
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 16 (dezesesseis)
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 178 (petições)
Obs: No Sistema Libra consta 641 protocolos pendentes de juntada, entre petições e AR'S.
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 178



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 584		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 638		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 1.353		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: LIBRA: 00 PJE: 01		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 298		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 338		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
ALETÉIA PATRICIA PACHECO DE BARROS	11	21/06/2017
CLELIVALDO ARAUJO DA SILVA	32	27/04/2017
MICHEL DANTAS DO NASCIMENTO	23	28/03/2016
ORIVALDO BARARUA SOLANO	56	09/02/2017
WALDIMIR PUREZA DE CARVALHO	07	19/08/2015
VALDO MIGUEL MATOS LOBATO	19	13/01/2015
CLAUDIA LARISSA AZEVEDO BARBOSA	02	01/12/2016
JAYRO JUNNES LOPES DE OLIVEIRA	01	16/02/2017
FORTUNATO ABEN ATHAR FERNANDES	01	21/02/2017
LUCIANO CHAGAS SILVA	01	07/04/2017
JOSÉ MARIA TORRES CAMPOS	01	26/05/2017
WAGNER FERREIRA DA SILVA	01	21/06/2017
TOTAL	155	
Justificativa: Os servidores Waldo Pinto Pinheiro e Valdo Miguel Matos Lobato, tiveram os efeitos de suas Portarias de n.º 031/201-DF, de 17/05/2011 e 059/2009-DF, de 08/07/2009, cessados, por meio da Portaria n.º 2390/2016-GP e 2391/2016 – GP, 23 de maio de 2016, respectivamente. Informo que, tendo esta serventia constatado o lapso temporal e a não devolução dos mandados pelo oficial Valdo Miguel Matos Lobato, providenciou a redistribuição dos mandados para outros oficiais de justiça desta unidade, para o fiel cumprimento da diligencia outrora determinada, a fim de não prejudicar o tramite processual e evitar eventual prejuízo as partes. Informo ainda, que constam no sistema 24 (vinte e quatro) mandados pendentes de devolução pelo oficial retro mencionado, os quais estão sendo analisados para a devida baixa ou redistribuição.		
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: Através de relatório de mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias. Cobrança: Verbalmente, e em caso de não atendimento, através de ofício.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	60	23/06/2017



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
 ABAETETUBA



17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	33	16/03/2010 (os autos são objeto de restauração)
17.7.3 ADVOGADO	07	25/04/2017
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: Através do relatório de processos com carga ao MP, Advogado e Defensoria Pública emitido pelo Sistema Libra. Cobrança: Por meio de ato ordinatório, com publicação no DJE (advogado) e expedição de ofício (MP e Defensoria).		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Consideração CJCI: Em que pese tenham sido localizados diversos bens apreendidos no setor de arquivo da unidade judiciária, os mesmos não estão cadastrados no Sistema Libra e nem no Sistema Nacional de Bens Apreendidos, do Conselho Nacional de Justiça.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Consideração CJCI: Os bens apreendidos estão acondicionados no setor de arquivo da unidade judiciária.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
NÃO HÁ OBJETOS CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

Sim () Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

Sim () Não

Justificar: Relatório em anexo

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

Sim () Não

A servidora Carla Cristina Cabral Alves.

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

Sim () Não

Justificar:

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

Sim () Não

Justificar:

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

Considerando que existem vários processos aptos à realização de coleta de material genético para exame de DNA, os quais estão com tramitação AGUARDANDO o agendamento da referida data pelo Setor Social do Fórum Cível da Capital, inclusive processos inclusos na META 2, solicitamos que seja viabilizado, junto ao setor competente do TJPA, agendamento da coleta para prosseguimento do feito.

Há necessidade de mais servidores para esta Unidade, preferencialmente Analistas Judiciários.

Ampliação do espaço físico da Secretaria Judicial.

Necessidade de um scanner, a fim de atender à demanda de documentos a serem digitalizados em razão do alto número de expedição de Mandados para outra Comarca e Cartas Precatórias, bem como da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) na unidade.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Analisar a possibilidade de o Magistrado não cumular o Juízo da 2ª Vara Cível e Empresarial com o Juizado Especial desta Comarca, a fim de emprestar maior celeridade no trâmite dos processos da unidade em que é titular.

Designação de dois servidores para a Vara, sendo um para atuar no Gabinete e outro na Secretaria Judicial (preferencialmente Analistas Judiciários).



Disponibilização de mais um computador para o Gabinete do Juízo.

Ampliação do espaço físico do Gabinete e da Secretaria Judicial.

22. CORREGEDORIA DO INTERIOR

A 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Abaetetuba possui competência para apreciação dos feitos de Cível e Comércio, Carta Precatória, Família, Acidentes de Trabalho, Provedorias, Resíduos e Fundações, Infância e Juventude Cível, Sucessões e Registro Público.

O magistrado titular da vara é o Dr. João Ronaldo Correa Mártires, responsável pela gestão da unidade judiciária desde de 29/08/2016, cumulando atribuições com o Juizado Especial Cível e Criminal Adjunto.

O acervo processual ativo da unidade no sistema LIBRA conta com 3.092 (três mil e noventa e dois), entretanto, durante a contagem física, foram computados 2.990 (dois mil, novecentos e noventa), dos quais 2.882 (dois mil, oitocentos e oitenta e dois) se encontravam na vara e 108 (cento e oito) com tramitação externa, denotando uma discrepância de 108 (cento e oito) autos físicos que não constam cadastrados no sistema LIBRA.

A secretaria da unidade encontra-se bem organizada e tramitada internamente por fase processual, facilitando a localização dos feitos.

Verificou-se ainda que o espaço físico destinado à secretaria da unidade não é suficiente para acondicionar de forma satisfatória os feitos que ali tramitam e nem os servidores lotados na referida unidade.

Acerca dos trabalhos desenvolvidos na 2ª Vara Cível, constatou-se a existência de 964 (novecentos e noventa e quatro) processos sem qualquer movimentação há mais de 100 (cem) dias; 13.019 (treze mil e dezenove) tramitações pendentes de recebimento na unidade judiciária; 641 (seiscentos e quarenta e uma) petições físicas pendentes de juntada e 597 (quinhentas e noventa e sete) pendentes de associação no Sistema Libra.

Observou-se ainda a existência de 51 (cinquenta e um) processos aguardando coleta de material genético para exame de DNA, dos quais 26 (vinte e seis) pertencem a Meta 02 do CNJ.

Foram localizados também 1.991 (um mil, novecentos e noventa e um) feitos pendentes de cumprimento de ato judicial, bem como cerca de 200 (duzentos) processos aguardando publicação, alguns com decisões/despachos proferidos no mês de maio do corrente ano, como por exemplo os processos de nº 0002470-07.2012.8.14.0070, 0081192-50.2015.8.14.0070, etc.

Acerca do mencionado fato, a Diretora de Secretaria esclareceu que a publicação da resenha é realizada, em regra, 01 (uma) vez por semana e que o atraso no serviço ocorreu em razão do responsável pela referida função ter retornado do gozo de férias regulamentares apenas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

recentemente, bem como devido ao déficit de servidores do quadro efetivo do TJEPA lotados na unidade judiciário, uma vez que os funcionários cedidos da Prefeitura Municipal trabalham dentro das possibilidades de suas qualificações.

Constatou-se ainda, que apesar dos processos detentores de prioridade processual encontrarem-se identificados com etiquetas com os dizeres “prioridade de tramitação”, fixadas nas capas dos autos, as mesmas não são de fácil visualização em razão dos processos estarem verticalmente dispostos nos armários.

Segundo relatório de gerenciamento de vara, extraído pelo Sistema Libra, observou-se ainda, ainda a existência de 13 (treze) processos arquivados com apensos em outra situação e 04 (quatro) feitos arquivados com apensos em outra situação, bem como 02 (dois) processos sem classe ou assunto definido pelo CNJ, situações que devem ser objeto de análise pelo diretor de secretaria da unidade, corrigindo eventuais discrepâncias a fim de que os registros no sistema de gestão processual reflitam com exatidão o constante nos autos, uma vez que tais dados refletem na taxa de congestionamento da vara.

O gabinete do Magistrado se encontra em excelente estado de organização, com feitos tramitados internamente de acordo com a ordem de conclusão, conforme estabelece o Código de Processo Civil.

Em visita as instalações físicas da 2ª Vara Cível de Abaetetuba, constatou-se a necessidade de instalação de mais 02 (dois) pontos de rede, bem como que a única impressora do gabinete do Magistrado se encontra quebrada, circunstância que enseja o deslocamento dos servidores ali lotados para outros setores, com vistas a impressão de despachos, decisões e termos de audiências, já tendo sido solicitado o seu conserto através da Requisição nº 2017/10617, até o presente momento sem resposta.

Outrossim constatou-se também, que a despeito da inexistência de cadastro de bens apreendidos tanto no Sistema Libra quanto no CNJ, foram localizados diversos bens acondicionados no Setor de Arquivo da 2ª Vara Cível de Abaetetuba sem qualquer identificação sobre o feito a que se relacionam.

Observou-se ainda que, em que pese a unidade judiciária tenha dado cumprimento a meta 01 do CNJ no ano de 2015, deixou de dar cumprimento à mesma em 2016 e que, até o mês de junho do corrente ano, o seu percentual de cumprimento é de 89,6%.

Aponte-se também que, até o mês de junho do corrente ano, a unidade só tinha dado cumprimento a 75,31% da meta 02 do CNJ, havendo a necessidade de julgamento de 284 (duzentos e oitenta e quatro) feitos para alcançá-la, conforme informações prestadas pela Coordenadoria de Controle e Planejamento.

Ressalte-se que, a 2ª Vara Cível de Abaetetuba atualmente apresenta taxa de congestionamento de 84,47%, tendo no ano de 2016 atingido a taxa de 67,58%, ou seja, abaixo do índice de referência



69% estabelecido pelo TJEPA para o período.

Por fim, necessário apontar também que foram apresentados pleitos pela unidade que não se encontram na esfera de atribuições acometidas ao Órgão Censor, tais como a designação de servidores e a determinação de realização de coleta de material de genético para realização de exame de DNA, questão que deve ser encaminhada à Presidência desta E. Corte e ao Setor Social do Fórum Cível da Capital para análise.

Em razão do observado na 2ª Vara Cível da Comarca de Abaetetuba, este Órgão Censor emite as seguintes **RECOMENDAÇÕES**:

- 1) Ao Magistrado gestor da unidade para que adote as seguintes providências:
 - a) elaborar cronograma de trabalho, em conjunto com o Diretor de Secretaria, para dar cumprimento à demanda acumulada na unidade, estabelecendo metas de trabalho e diligenciando principalmente para que se proceda o seu cumprimento efetivo.
 - b) empreender os esforços necessários para dar cumprimento às Metas para 2017 estabelecidos ao Poder Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça;
 - c) apreciar os 22 (vinte e dois) feitos que se encontram pendentes de análise de medida liminar em gabinete.
- 2) Determinar ao Diretor de Secretaria da unidade que diligencie para adequação das rotinas de trabalho desenvolvidas na unidade, principalmente no sentido de promover:
 - a) a identificação dos motivos para a discrepância entre o acervo físico constatado em correição (contagem física acrescida dos feitos com carga externa) de 2.990 (dois mil, novecentos e noventa) processos e o acervo ativo constante no sistema LIBRA de 3.092 (três mil e noventa e dois) feitos, adotando as providências necessárias para identificação de feitos que porventura não encontrem-se ativados no sistema, a fim de que este passe a refletir o real acervo da unidade, permitindo melhor aferição dos dados estatísticos e adoção de providências gerenciais pelo magistrado gestor da vara;
 - b) a juntada das 178 (cento e setenta e oito) petições pendentes de juntada em secretaria, bem como a identificação dos motivos para a discrepância entre o quantitativo decorrente da contagem física e o constante no sistema LIBRA (641 petições);
 - c) a readequação da classe ou assunto dos 02 (dois) processos que se encontram fora do padrão exigido pela tabela unificada do CNJ;
 - d) a agilização do andamento dos processos que compõem a lista das Metas 2 do Conselho Nacional de Justiça, promovendo as suas devidas identificações com aposição de etiquetas nas laterais dos processuais a fim de sejam facilmente visualizadas quando do manuseio dos referidos autos, bem como promova a sua separação física dos demais feitos;
 - e) a verificação dos motivos para a existência de 13 (treze) processos arquivados com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

apensos em outra situação e 04 (quatro) processos não arquivados com apensos arquivados, corrigindo eventuais discrepâncias, a fim de que os registros no sistema de gestão processual reflitam com exatidão o constante nos autos, uma vez que tal procedimento possui impacto direto na taxa de congestionamento da unidade judiciária;

- f) a cobrança dos processos que se encontram com tramitação externa em aberto, tais como com vistas ao advogado, Ministério Público, Defensoria Pública, Fazenda Pública, Procuradoria, UNAJ, etc., bem como proceder controle dos mencionados prazos, pelo menos a cada 30 (trinta) dias;
- g) a verificação dos processos que se encontram com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, com a realização de destinação de valores depositados, se for o caso;
- h) o cumprimento dos 1.991 (um mil, novecentos e noventa e um) processos que se encontram pendentes de cumprimento de ato judicial;
- i) a cobrança, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, a devolução de mandados e/ou cartas precatória expedidas que se encontrem com prazo de cumprimento extrapolado, através da utilização da ferramenta de “controle de prazo” do Sistema Libra, bem como proceder o seu recebimento da referida plataforma processual a fim de evitar a ocorrência de lixo eletrônico;
- j) a publicação dos cerca de 200 (duzentos) processos que se encontram pendentes do cumprimento da referida providência em secretaria;
- k) o cadastramento dos bens apreendidos no Sistema Libra quanto no CNJ;
- l) o cadastramento no Sistema LIBRA dos motivos de remarcação/não realização de audiências;
- m) a identificação dos feitos detentores de prioridade processual com tarjas coloridas, fixadas nas laterais dos autos, em razão dos processos encontrarem-se acondicionados verticalmente.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA CJCI:

1) Expedir ofício à Presidência desta E. Corte, encaminhado cópia do presente relatório, para conhecimento acerca dos pontos relativos à sua esfera de atribuição e adoção das providências que entender necessárias e adequadas, especialmente quanto à lotação de 02 (dois) servidores na 2ª Vara Cível de Abaetetuba, preferencialmente analistas judiciários – área judiciária.

2) Expedir ofício à Secretaria de Informática para que providencie, na medida do possível:

- a) o envio de 01 (um) computador para o gabinete do magistrado;
- b) o conserto (Requisição nº 2017/10617) ou substituição da impressora do gabinete do magistrado;
- c) instalação de 02 (dois) pontos de rede no gabinete do magistrado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



3) Expedir ofício ao Setor Social do Fórum Cível da Capital, encaminhado cópia do presente relatório, dando-lhe ciência da existência de 51 (cinquenta e um) processos que se encontram aguardando agendamento de exame de DNA, dentre os quais, 26 (vinte e seis) pertencentes a Meta 02 do CNJ.

Abaetetuba, 21/08/2017.



VARA CRIMINAL



Relatório de Competência por Comarca

Comarca: ABAETETUBA

Vara: VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA
JOAO RONALDO CORREA MARTIRES

JUIZ RESPONDENDO

Competências

EXEC. DE PENAS ALTERNATIVAS
IMPrensa E ECONOMIA POPULAR
JUIZO SINGULAR
EXECUÇÃO PENAL
EXEC. DE MEDIDAS ALTERNATIVAS
CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE
ENTORPECENTES
CARTA PRECATORIA - PENAL
TRIBUNAL DO JURI



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA 2017

COMARCA: ABAETETUBA
EDITAL Nº 04/2017 - CJI
PERÍODO: 21/08/2017 à 25/08/2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUIZ CORREGEDORA: Dr. Leonardo Farias Duarte
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Vara criminal
1.2 COMPETÊNCIA: Execução de penas alternativas, imprensa e economia popular, juízo singular, execução penal, execução de medidas alternativas, crimes contra criança e adolescente, entorpecentes, carta precatória e tribunal do júri.
1.3 MAGISTRADO (A): Dra. Carla Sodré da Mota Dessimoni
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: desde 29/08/2016
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: 02 (duas) salas para a secretaria da unidade, sendo 01 (uma) para feitos relativos à execução penal e a outra para os demais processos 01 (uma) sala para o gabinete da Magistrada, com banheiro
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (x) Regulares () Ruins . Justificar: O espaço físico destinado à secretaria da unidade judiciária é pequeno tendo em vista o acervo da unidade e o número de servidores ali lotados. Necessário ressaltar que o atendimento ao público é realizado através de 01 (uma) janela de vidro.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

2.6 MOBILIÁRIO: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar:		
2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: A Dra. Carla Sodré Dissemoni – desde de 29/08/2016.		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não há		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Férias regulares.		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, com a 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Abaetetuba		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES - Mutirão carcerário de réus presos provisórios e de condenados – 20/03 a 28/04/2017 e 19/06 a 23/06/2017 - Semana do tribunal do júri: realizada mensalmente. - Semana de audiências de violência doméstica: 28/11 a 01/12/2016, 06/03 a 10/03/2017 e 21/08 a 25/08/2017 - Projeto “Conquistando a liberdade” (se refere aos apenados que desempenham atividades laborais fora da casa penal, como limpeza, pintura e pequenos consertos nas escolas municipais, ruas), nos seguintes períodos: Ano 2016: 29/11 a 01/12/2016 e 07 a 10/11/2016 Ano 2017: 21 a 22/03/2017, 14 a 16/03/2017, 25 a 27/04/2017, de 30/05 a 01/06/2017, 14/06/2017 e de 25 a 27/07/2017.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



01. Dra. Carla Sodré da Mota Dessimoni	29/08/2016	-
02. Dr. João Ronaldo Correa Mártires	01/05/2017	31/05/2017
03. Dr. José Leonardo Pessoa Valença	01/05/2016	26/08/2016
04. Dr. Deomar Alexandre De Pinho Barroso	31/08/2009	29/04/2016

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: Carlos André Dias da Silva
Cargo: Assessor do Juízo
Ato de nomea o: Portaria N . 4.259/2016 – GP

Nome: Maria Luísa Pinheiro Soares
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomea o: Portaria N . 0775/1991 - GP

Nome: Juan Carlos de Oliveira Cunha
Cargo: Estagiário de Direito
Ato de nomea o: 02/02/2017

4.2 SECRETARIA:

Nome: Ana Maria Dias Rodrigues
Cargo: Analista Judiciário (Diretora de Secretaria)
Ato de nomea o: Portaria N . 0992/1994 - GP
Ato de lota o: Portaria N . 16/1994 – DF

Nome: Igor Duarte Brasileiro
Cargo: Analista Judiciário
Ato de nomea o: Portaria N . 2.517/2015- GP

Nome: Mario Antonio Mata Quaresma
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomea o: Portaria N . 002215/2013 - GP
Ato de lota o: Portaria N . 024/2013 - DF

Nome: Jose Edilson Melo Oleastre
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomea o: Portaria N . 01106/2008 - GP
Ato de lota o: Portaria N . 028/2008 – DF

Nome: Waldo Pinto Pinheiro
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomea o: Portaria N . 090/83 - GP

Nome: Orcilene Ferreira Dos Santos
Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal

Nome: Marcelo Silva da Silva
Cargo: Cedido de Prefeitura de Abaetetuba

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: 2016/2017 Dr. Gerson Daniel Silva da Silveira - desde 19/07/2012 até a presente data. Dr. Bruno Saravalli Rodrigues - desde 09/02/2017 até a presente data.
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Dr. Gerson Silveira - Titular Dr. Bruno Saravalli Rodrigues – Substituto
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, os dois promotores cumulam com o Juizado Especial Cível e Criminal.
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: 2016/2017 Dra. Ana Alice Caldas Figueiredo - desde agosto de 2014 Dra Danielle Santos Maués Carvalho - desde 05/07/2013
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titulares
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, com o Juizado Especial Cível e Criminal
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE): Computador: 12 Scanner: 05 Impressora: 03
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: Devido as quedas e oscilações constantes no sinal de internet, circunstância que prejudica substancialmente o desenvolvimento dos trabalhos na unidade.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 12 Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Sim
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA. Considerações CJCI: Ainda não foi implantado o SEEU na referida unidade.
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 3crimabaetetuba@tjpa.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Diretora de Secretaria, entretanto todos os servidores da secretaria possuem acesso ao *email* da unidade.
Com que frequência? Diariamente.

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

Bom Regular Ruim

Justificar:

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

Sim Não

Justificar:

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

Sim Não

Observações CJCI: Verificou-se que alguns feitos não se encontravam tramitados internamente no Sistema Libra. Na ocasião da correição, a Diretora de Secretaria encontrava-se reorganizando os armários da unidade.

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

Sim Não

Justificar:

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

Sim Não

Justificar: Há necessidade de realização de curso de PJE aos servidores da unidade.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

Sim Não

Justificar: A pauta de audiência é cadastrada e acompanhada pelo gabinete, porém quem procede o cumprimento dos expedientes é a secretaria.

Para quando está a pauta de audiência? 28/03/2018

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

Sim Não

Justificar: Existem 150 (cento e cinquenta) processos finalizados em Secretaria pendentes de baixa no Sistema Libra, contados fisicamente no momento da Correição, tais como os processos:

- 0010013-85.2017.814.0070; 0010469-69.2016.814.0070; 0000958-52.2010.814.0070; 0001284-46.2012.814.0070; 0004930-93.2014.814.0070. 0001602-24.2015.814.0070; 0007331-60.2017.814.0070; 0123176-14.2015.814.0070; 0000847-04.2009.814.0070 e 0002492-65.2012.814.0070.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Diariamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL	
8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA: Obs: Informação prestado pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo	
TOTAL GERAL 2015: Despacho: 1.132 Decisão Interlocutória: 1.698 Sentença: 467 Tribunal do Júri: 13 Audiência: 833 Total 4.143	
TOTAL GERAL 2016: Despacho: 1.105 Decisão Interlocutória: 2.497 Sentença: 515 Tribunal do Júri: 34 Audiência: 834 Total: 4.985	
TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição em 21.08.2017): Despacho: 1.202 Decisão Interlocutória: 1.841 Sentença: 259 Tribunal do Júri: 14 Audiência: 707 Total: 4.023	
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
Obs: Informação prestada pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo	
CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	475
PENAS – META 4/2017-CNJ (Crimes contra a administração) distribuídas até 31/12/2015	01
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	378



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	93
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	00
EXECUÇÃO PENAL	1.440
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	921
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	-
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	89
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
	-
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	3.397
Feitos com Tramitação Externa	463 (MP) + 51 (ADV) + 153 (DEF) + DEPOL (111) §§ : sub Total: 778
Contagem Física + Tramitação externa	4.175
ACERVO LIBRA	ACERVO TOTAL: 4.742

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

() Sim (x) Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho de 2017.

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	553	616 (META CUMPRIDA)
2016	519	543 (META CUMPRIDA)
2017	284	213 (META NÃO CUMPRIDA)

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(x) Sim () Não

Justificar: Os processos penais são identificados com fitas presas nos processos nas seguintes cores:

Fitas vermelhas: presos

Fita verde: violência doméstica

Fita azul escuro: tribunal do júri



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

Fita preta: réu foragido
Fita laranja: meta 02
Fita rosa: crime sexual
Fita laranja: meta 02

Os feitos de execução penal são identificados com adesivos fixados aos autos nas seguintes cores:
Tarja vermelha: regime fechado
Tarjas azul e vermelha: regime semiaberto
Tarja verde: livramento condicional

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

- (-) INICIAIS;
- (5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- (8) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- (6) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS;
- (7) IDOSO;
- (-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- (-) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- (1) RÉU PRESO;
- (-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- (2) ALVARÁ DE SOLTURA;
- () POR ORDEM CRONOLÓGICA
- (4) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
- (3) OUTRO (CARTA PRECATÓRIA)

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD		X
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	-
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG		X
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	-	-
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	-	-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		x

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



10. INDICADORES CÍVEIS
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Prejudicado
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014): Prejudicado
10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Prejudicado
11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Acervo da meta: 1.375 Alvo: 1.100 Julgados: 1.054 Grau de cumprimento: 95,82% Necessidade de julgamento: 46 <u>META NÃO CUMPRIDA</u>
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 229
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 125
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS (x) Sim () Não Justificar:
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (x) Sim () Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (x) Sim () Não Justificar:
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: 54
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 48 (quarenta e oito), sendo 31 (trinta e um) no ano de 2016 e 17 (dezesete) no ano de 2017
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECO.HIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim (x) Não Justificar:
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? (x) Sim () Não Justificar: Existem 09 (nove) processos sem atestado de pena a cumprir, sendo eles os autos de nº 0008772-76.2017.814.00790; 0108194-92.2015.814.0070; 000532-79.2017.814.0070; 0009393-73.2017.814.0070; 0009395-43.2017.814.0070; 001279-32.2016.814.0070; 0009417-04.2017.814.0070; 0025660-68.2015.814.0401 e 0004928-26.2014.314.0070.
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim (X) Não Justificar:
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PEJA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMILIAR? (x) Sim () Não Justificar: A vara procede a verificação de forma mensal dos presos que estão assinando o livro de frequência. As cadernetas são separadas por pastas e por letras. Por amostragem foi verificado que no Regime aberto alguns vem deixando de assinar a caderneta de frequência. Quando é verificado que o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



réu vem deixando de comparecer para assinar a frequência, a Secretaria certifica e remete ao MP para manifestação e após faz conclusos ao Juízo.

13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?

Sim, o Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba e Central de Triagem localizada na Delegacia de Polícia, onde os presos beneficiados no regime semiaberto no trabalho externo trabalham de dia e se recolhem no período noturno e fins de semana.

13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?

Não

13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?

Mensalmente. A última inspeção foi realizada no mês de julho de 2017, mas apenas na Central de Triagem da Delegacia.

Observação CJCI: Verificou-se que a unidade não alimentou o Cadastro Nacional de Inspeção em Estabelecimentos Penais no mês de abril do ano de 2016 e nos meses de março, maio, junho e julho de 2017.

13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?

Não

14 PRECATÓRIAS

14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO:

Prejudicado

14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 43, sendo a mais antiga de 23/01/2012 (Processo nº 0000030-38.2012.814.0070)

14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 11, sendo a mais antiga de 24/01/2017.

14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(X) Sim () Não

Justificar: Como é feito o controle/cobrança?

Controle: é realizado mensalmente.

Cobrança: é feita através de ofício encaminhado ao juízo deprecado por e-mail ou via malote digital.

15 INQUÉRITOS POLICIAIS

15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 71

15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 201, sendo o mais antigo de 28/06/2016

15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 111, sendo o mais antigo de 22/06/2016

16 PETIÇÕES:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 05		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 02		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 354, sendo 217 petições intermediárias e 137 laudos Observação CJCI: No Sistema Libra constam 1.176 petições intermediárias pendentes de juntada.		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 217		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 217		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 302.		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 297		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 20		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 178		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RELATÓRIO EM ANEXO		
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: ocorre apenas quando há manuseio dos autos. Cobrança: é feita verbalmente.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	480	03/04/2014
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	181	16/04/2012
17.7.3 ADVOGADO	53	26/04/2015
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: através de relatório emitido pelo Sistema de Libra Cobrança: no caso de advogado, através de intimação via DJE, e em sendo MP ou Defensoria Pública através de ofício.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim (X) Não Justificar: Observações CJCI: 1. Durante a correição foram localizados 11 (onze) ofícios provenientes da Polícia Civil encaminhando 11 armas as quais, ainda estão pendentes de registro e cadastro no sistema de bens apreendidos e no CNJ. 2. Verificou-se ainda que, a despeito de existirem 446 (quatrocentos e quarenta e seis) objetos apreendidos cadastrados no Sistema Libra, só constam 18 (dezoito) no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça.
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (x) Não Justificar: Tanto as armas quanto os bens apreendidos são acondicionados no arquivo da vara Criminal.
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (x) Sim () Não Justificar:
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (x) Sim () Não Justificar: A última visita da Comissão de Transporte de Armas ocorreu no mês de março do ano corrente.
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (x) Não Justificar:
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (x) Sim () Não Justificar:
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (x) Sim () não Justificar: Relatório em anexo.
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? () Sim () Não Prejudicado
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? () Sim () Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

Justificar:
Prejudicado

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

() Sim () Não

Justificar:
Prejudicado

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

A Secretaria Criminal encontra-se funciona em duas salas separadas e encontra-se precisando de um espaço físico maior, haja vista ser pequeno para os servidores trabalharem e circularem no referido ambiente, necessitando de urgente ampliação. Também se houvesse a possibilidade de contratação de um estagiário do nível médio, isso ajudaria ainda mais a agilidade nos serviços da serventia judicial, no tocante aos serviços de recebimento, baixa, autuação, correspondência, alimentação no sistema Libra, numeração de autos e demais expedientes de menor complexidade que impedem um melhor andamento das atividades. A Secretaria enfrenta sérias dificuldades em relação ao uso do sistema LIBRA, referente a emissão de relatórios e a própria inoperância do mesmo, devido a problemas com a internet. A equipe de trabalho desta Secretaria é bastante unida e empenhada na realização de suas funções.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

A competência ampla atribuída a vara criminal de Abaetetuba dificulta o julgamento célere das demandas judiciais, uma vez que competente para todas as matérias criminais, o que inclui a execução penal de apenados custodiados no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba, sendo a vara sobrecarregada com a crescente aumento da criminalidade na região.

Registro que já foi solicitada a criação e instalação de vara criminal com competência para execução penal nesta Comarca, contudo o pedido foi indeferido.

Saliento que o Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba está superlotado, fato rotineiro, eis que há capacidade para 120 homens, contudo ficam custodiados em média mensalmente 320 detentos, entre presos provisórios e definitivos.

A carência de servidores do quadro do tribunal de justiça também dificulta o andamento dos processos, eis que apenas 07 servidores estão lotados na vara, sendo 03 servidores (um analista judiciário, um atendente judiciário e uma servidora cedida da prefeitura) atuam exclusivamente nos processos de execução penal e 04 servidores (uma analista judiciária, um atendente judiciário, um auxiliar de secretaria e um servidor cedido da prefeitura) atuam nos demais processos em tramitação na vara.

Assim, solicito à Corregedoria de Justiça providências para que seja preenchido o número mínimo de servidores previstos por vara nesta serventia judicial.

Solicito ainda providências com relação aos senhores oficiais de justiça, eis que há notícia que alguns oficiais de justiça apenas cumprem os mandados distribuídos às terças-feiras e quintas-feiras, uma vez que somente tem a obrigação de bater o ponto eletrônico nos referidos dias, o que prejudica o andamento dos processos, deixando de cumprir os mandados em tempo razoável.

Por fim, destaco que no período de setembro de 2017 a agosto de 2017 já foram realizadas 1088 audiências, sentenciados 609 processos, 25 sessões de julgamento do júri realizadas e arquivados 4.125 feitos, o que demonstra o compromisso desta magistrada e dos servidores na prestação



jurisdicional e diminuição do índice de congestionamento da vara, sendo a celeridade dos feitos prejudicada pela carência de pessoal em face da crescente demanda, bem como pela ampla competência atribuída a vara criminal da Comarca de Abaetetuba.

22. CORREGEDORIA DO INTERIOR

A vara criminal da comarca de Abaetetuba detém ampla competência em matéria penal, recebendo feitos relativos ao juízo singular, execução penal, crimes contra criança e adolescente, entorpecentes, carta precatória, tribunal do júri, imprensa e economia popular e execução de penas alternativas.

A Juíza Titular da unidade é a Dra. Carla Sodré da Mota Dissemoni, desde 29/08/2016, cumulando atribuições com a Direção do Fórum e com a 1ª Vara Cível.

O acervo processual da unidade possui 4.742 (quatro mil, setecentos e quarenta e dois feitos, entretanto, durante a contagem física, foram computados 4.175 (quatro mil, cento e setenta e cinco) processos (dos quais 3.097 se encontravam na vara e 778 com tramitação externa), denotando uma discrepância de 567 (quinhentos e sessenta e sete) autos físicos que não constam cadastrados no sistema LIBRA.

A secretaria da unidade ocupa 02 (duas) salas do Fórum, para fins de otimização de serviço, sendo uma para os feitos penais e outra para os relativos a execução penal, ambas com apresentação e mobiliário compatível com o espaço físico que ocupam.

Durante a realização da correição, verificou-se que a secretaria onde tramitam os feitos de natureza penal está sendo reorganizada e que os servidores estavam realizando a retransmissão interna de todos os processos, em razão de algumas inconsistências entre a localização física dos autos e as informações obtidas no Sistema Libra.

Acerca dos trabalhos desenvolvidos na Vara Criminal, foram localizadas 354 (trezentas e cinquenta e quatro) petições físicas e 137 (cento e trinta e sete) laudos, todos pendentes de juntada, 1.176 (um mil, cento e setenta e seis) protocolos pendentes de associação no Sistema Libra, além de 1.148 (um mil, cento e quarenta e oito) processos sem movimentação há mais de 100 dias e 9.382 (nove mil, trezentas e oitenta e duas) tramitações pendentes de recebimento.

De acordo com o Sistema Libra, existem 195 (cento e noventa e cinco) mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias com os Oficiais de Justiça, sendo 01 (um) do ano de 2010, 14 (quatorze) de 2011, 17 (dezessete) de 2012, 01 (um) de 2014, 15 (quinze) de 2015 e 11 (onze) de 2016.

Foram localizados ainda, 600 (seiscentos) processos pendentes de cumprimento de decisão judicial, dos quais 302 (trezentos e dois) há mais de 100 dias e 297 (duzentos e noventa e sete) há menos de 100 dias, bem como a existência 480 (quatrocentos e oitenta) feitos com carga ao MP, 181 (cento e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

oitenta e um) tramitados a Defensoria Pública e 53 (cinquenta e três) com vista à advogados, sendo as cargas mais antigas datadas de 03/04/2014, 16/04/2012 e 26/04/2015, respectivamente.

Existiam ainda, 111 (cento e onze) inquéritos na Delegacia de Polícia e 201 (duzentos e um) no Ministério Público, com data de envio mais antiga de 22/06/2016 e 28/06/2016, respectivamente, além 71 (setenta e um) expedientes pendentes de encaminhamento ao órgão ministerial.

Em conversa com os servidores da unidade, foi informado à equipe da Corregedoria do Interior que os mandados distribuídos aos oficiais de justiça só são cobrados quando há manuseio dos autos ou na hipótese das partes comparecem em balcão, e que os feitos com carga ao MP, defensoria pública e advogado são cobrados com regularidade, sendo seu controle realizado através de relatório emitido pelo sistema libra.

Observou-se também, que a unidade não possui um controle eficaz acerca dos prazos prescricionais, uma vez que foram localizadas 22 (vinte e duas) caixas de processos suspensos, completamente paralisados, e organizadas por tipo de infração penal, assim distribuídas: art. 121: 19, art. 155: 47, art. 157: 29, crimes contra a administração pública: 07, crimes do sistema nacional de armas (lei 10.823/2003): 31, art. 176: 06, lei de drogas: 15, art. 129 (violência doméstica): 29, art. 147: 18; crime sexual: 15; arts. 163, 168, 180 e 184: 18, crime de trânsito: 11, crime contra o meio ambiente: 02, crime de tortura: 01, ECA: 02, violência doméstica: 01 e latrocínio: 02.

Havia ainda, 150 (cento e cinquenta) processos já finalizados e pendentes de baixa no Sistema Libra na secretaria penal, contados fisicamente no momento da correição, como os processos de nº - 0010013-85.2017.814.0070; 0010469-69.2016.814.0070; 0000958-52.2010.814.0070; 0001284-46.2012.814.0070; 0004930-93.2014.814.0070. 0001602-24.2015.814.0070; 0007331-60.2017.814.0070; 0123176-14.2015.814.0070; 0000847-04.2009.814.0070 e 0002492-65.2012.814.0070.

Constatou-se que, a despeito dos feitos detentores de prioridade processual encontrarem-se devidamente identificados na secretaria penal, através de fitas coloridas, fixadas nas capas dos processos, nas seguintes cores: vermelha para réu preso, verde para violência doméstica, azul escuro para tribunal do júri, preta para réu foragido, laranja para meta 02 CNJ e rosa para crimes sexuais, as mesmas não são visualizadas com rapidez em razão dos autos encontrarem acondicionados em caixas-arquivo.

No que tange a execução penal, verificou-se feitos encontram-se identificados com adesivos coloridos fixados na capa dos autos nas seguintes cores: tarja vermelha para regime fechado, tarjas vermelha e azul para regime semiaberto e tarja verde para livramento condicional.

Em consulta, por amostragem, aos processos de execução penal no Sistema Libra, a equipe da Corregedoria do Interior verificou que a tramitação interna que constava na referida plataforma processual era diversa da localização física dos autos em alguns feitos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



No momento da correição, haviam 09 (nove) processos sem atestado de pena a cumprir, tais como os autos de nº 0003622-22.2014.8.14.0070, 0097203-57.2015.8.14.0070, 0004301-17.2017.8.14.0070, etc., e 09 (nove) processos pendentes de elaboração de cálculo de pena.

O cálculo das penas é elaborado pela calculadora do SISPE, enquanto os mais elaborados são feitos pela calculadora do CNJ.

A despeito de inexistirem guias de execução provisória a serem expedidas, haviam ainda 25 (vinte e cinco) guias definitivas pendentes da referida providência.

Constatou-se ainda que a secretaria da vara criminal procede a verificação mensal dos presos que estão assinando ficha de frequência. As cadernetas estão separadas por pastas e por letras.

Impende ressaltar ainda que, apesar da vara criminal possuir cerca de 1.440 (um mil quatrocentos e quarenta) feitos de execução penal e da Comarca de Abaetetuba ser pólo das Comarcas de Igarapé-miri, Barcarena e Moju, ainda não foi implantado o SEUU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado).

Em inspeção aos armários, a equipe da Corregedoria do Interior localizou 22 (vinte e duas) caixas de processos arquivados, 38 (trinta e oito) caixas pendentes de expedição de ofício ao Tribunal Regional Eleitoral, para comunicar a suspensão de direitos políticos dos presos, 07 (sete) caixas de livramento condicional, 04 (quatro) de prestação de serviço e 02 (duas) de licença saúde, além de diversas pastas para arquivar que não são mais utilizadas, todos na secretaria da execução penal.

Existiam ainda, 27 (vinte sete) processos que já haviam transitado em julgado, pendentes apenas de cumprimento de diligências para posterior remessa ao setor de arquivo, tais como os autos de nº 0000334-26.2008.814.0070; 0001329-61.2011.814.0070; 0002411-53.2011.814.0070; 0002125-75.2011.814.0070; 0000455-58.2006.814.0070; 0002379-14.2012.814.0070; 0064162-02.2015.814.0070; 0001636-62.2001.814.070; 0001044-15.2001.814.0070 e 0000040-56.2006.814.0070, e 20 (vinte) caixas de presos foragidos, contendo ao todo 171 (cento e setenta e um) processos.

Em consulta ao relatório de gerenciamento de vara, emitido pelo Sistema Libra, foram localizados 03 (três) processos arquivados com apensos em outra situação e 69 (sessenta e nove) processos não arquivados com apensos arquivados, situações que devem ser objeto de análise pelo diretor de secretaria da unidade, corrigindo eventuais discrepâncias a fim de que os registros no sistema de gestão processual reflitam com exatidão o constante nos autos, uma vez que tais dados refletem na taxa de congestionamento da vara.

Para os depósitos judiciais, é aberta subconta, havendo processos com depósitos judiciais na unidade judiciária sem movimentação há mais de 03 (três) anos, conforme relatório emitido pelo SDJ (Sistema informatizado de Depósito Judicial), no Sistema Libra

Quanto aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça, verificou-se que o Sistema nacional de controle de interceptações encontra-se com pendência de alimentação no mês de fevereiro do ano de 2015, nos meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto e novembro de 2016 e nos meses de abril e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

julho do ano de 2017, que o cadastro nacional de inspeções em estabelecimento penal está com pendência no mês de abril do ano de 2016 e nos meses de março, maio, junho e julho de 2017, bem como a existência de apenas 28 (vinte e oito) audiências cadastradas no sistema de audiência de custódia.

Ademais, observou-se ainda que 446 (quatrocentos e quarenta e seis) objetos cadastrados no Sistema Libra, existem apenas 18 (dezoito) no sistema nacional de bens apreendidos.

Através de dados obtidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJEPa verificou-se que, apesar da vara criminal de Abaetetuba ter cumprido a meta 1 do Conselho Nacional de Justiça nos anos de 2015 e 2016, até o momento da correição havia cumprido apenas 74,7% no ano de 2017.

Os indicadores da atividade jurisdicional da unidade revelam também o não cumprimento da Meta 2, do Conselho Nacional de Justiça, nos anos de 2015 e 2016, havendo a necessidade da adoção de medidas para efetivo cumprimento da mesma no ano de 2017, considerando que a existência de 298 (duzentos e noventa e oito) feitos afetos a este indicador, até o momento da correição.

Já a meta 04 do CNJ consta como cumprida, com percentual de 126,98%.

Ressalte-se ainda que, a vara criminal de Abaetetuba atualmente apresenta taxa de congestionamento de 87,03%, tendo no ano de 2016 atingido a taxa de 47,10%, ou seja, abaixo do índice de referência 69% estabelecido pelo TJEPa para o período.

Na análise de processos por amostragem constatou-se em diversos feitos a falta de cumprimento integral das determinações judiciais e de certificação de atos pela Secretaria da unidade, fatos que ensejaram a desnecessária conclusão dos processos e culminaram com a prolação de despachos reiterando a necessidade do total cumprimento da decisão judicial anteriormente exarada, em claro prejuízo à razoável duração dos processos, conforme análise processual em anexo.

Em que pese o esforço da Diretora de Secretaria e da atual magistrada, tanto na Secretaria quanto no Gabinete da Vara Criminal apresentam organização deficiente e falta de gerenciamento na movimentação dos processos que, ao que tudo indica, vem de longa data. Desta forma, faz-se necessário efetuar a readequação do (em regra) elevado tempo de tramitação dos feitos.

A Secretaria e o Gabinete não observam, por exemplo, ordem cronológica na tramitação dos processos, com ressalva para casos urgentes e prioritários. Conseqüentemente, alguns poucos atos judiciais e de secretaria são praticados com certa celeridade, enquanto inúmeros outros processos demoram meses, e às vezes anos, para serem movimentados.

Há 02 (dois) estabelecimentos penais vinculados à Comarca, quais sejam, Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba e a Central de Triagem, localizada na Delegacia de Polícia Civil.

O Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba possui capacidade para 120 (cento e vinte) presos, mas no momento da correição abrigava 316 (trezentos e dezesseis), todos do sexo masculino, sendo 137 (cento e trinta e sete) presos provisórios e 179 (cento e setenta e nove), dos quais 115 (cento e quinze) estão no regime fechado e 64 (sessenta e quatro) no regime semiaberto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



Constatou-se ainda que, em que pese o Ministério Público e a Magistrada da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba visitam mensalmente as mencionadas instalações mensalmente, a última visita da Defensoria Pública ocorreu em 08/06/2017.

O CRRA possui 03 (três) alas, compostas por um total de 26 (vinte e seis) celas, 01 (uma) sala para audiências, 01 (um) refeitório, 01 (um) ambulatório/enfermaria, 02 (dois) carros funcionais, além de possuir uma equipe de 60 (sessenta) servidores, entre agentes prisionais, psicólogos, motorista, enfermeiro, técnicos de enfermagem, pedagogo e agente de portaria.

A Delegacia de Polícia possui capacidade para 21 (vinte e um) presos, mas no momento da correição abrigava 27 (vinte e sete), dos quais 24 (vinte e três) cumprem pena em regime aberto, efetuando trabalho externo, e 03 (três) em regime fechado. Ressalte-se que presos provisórios e condenados dividem as mesmas celas.

Em vista as instalações físicas da Delegacia de Polícia, constatou-se que a unidade é composta por 03 (três) celas, conta cerca de 32 (trinta e dois) funcionários, possui parlatório e sala de audiência, mas não tem ambulatório/enfermaria e nem há realização de banho de sol.

Existiam diversos bens apreendidos na Delegacia de Polícia Civil, todos vinculados a processos judiciais que se encontram em tramitação.

Por fim, necessário apontar também que o pleito apresentado pela unidade, acerca de designação de servidores, não se encontra na esfera de atribuições cometidas ao Órgão Censor, questão que deve ser encaminhada à Presidência desta E. Corte para análise.

DA PRÁTICA, EM TESE, DE INFRAÇÕES DISCIPLINARES COMETIDAS POR OFICIAIS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ABAETETUBA

A Dra. Carla Sodré da Mota Dissemone, Juíza Titular da Vara Criminal e Diretora do Fórum da Comarca de Abaetetuba, em suas considerações apresentadas no relatório de correição, trouxe ao conhecimento da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior que recebeu notícia de que alguns Oficiais de Justiça estariam cumprindo seus mandados apenas às terças e quintas-feiras, em razão dos mesmos só possuírem obrigação de bater ponto nos referidos dias.

Asseverou ainda, que tal comportamento vem prejudicando o andamento dos processos, uma vez que os mandados não são cumpridos em prazo razoável.

Pois bem, após detida análise do pleito trazido a conhecimento deste Órgão Censor verificou-se que a Magistrada Titular da Vara Criminal ao tecer o objeto da presente reclamação limitou-se a aduzir que "há notícias que alguns Oficiais de Justiça" estariam descumprindo seu dever funcional sem, no entanto, esclarecer quais seriam os servidores em questão.

Ante o exposto, **recomendo ao Diretor de Secretaria desta Corregedoria de Justiça** que extraia cópia do relatório de correição da vara criminal da Comarca de Abaetetuba, para que seja autuado em apartado, para apuração dos fatos aqui relatados e adoção das providências cabíveis, com posterior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

expedição de ofício a Dra. Carla Sodré da Mota Disseppone para que esclareça quem são os servidores que estariam supostamente descumprindo dever funcional e inividualize a conduta praticada por cada um.

Em razão do observado na Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba, este Órgão Censor emite as seguintes **RECOMENDAÇÕES**:

1) Ao Magistrado gestor da unidade para que adote as seguintes providências:

- a) empreender os esforços necessários para dar cumprimento às Metas para 2017 estabelecidos ao Poder Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça;
- b) elaborar cronograma de trabalho, em conjunto com o Diretor de Secretaria, para dar cumprimento à demanda acumulada na unidade, estabelecendo metas de trabalho e diligenciando principalmente para que se proceda o seu cumprimento efetivo.
- c) implementar a ordem cronológica de conclusão, ressalvados os casos urgentes e prioritários, determinada pelo Código de Processo Civil, de modo a evitar que alguns processos fiquem paralisados em gabinete por muito tempo, e outros recebam tramitação célere;
- d) alimentar o cadastro nacional de inspeções em estabelecimentos penais e o sistema nacional de controle de interceptação, ambos do Conselho Nacional de Justiça;
- e) analisar os 32 (trinta e dois) feitos pendentes de apreciação de benefício que se encontram em gabinete;
- f) verificar a situação dos objetos apreendidos que se encontram acondicionados na Delegacia de Polícia, mas que se encontram vinculados a processos em andamento.

2) Determinar ao Diretor de Secretaria da unidade que diligencie para **adequação das rotinas de trabalho desenvolvidas na unidade**, principalmente para promover:

- 2.1) a identificação dos motivos para a discrepância entre o acervo físico constante na unidade e o acervo ativo informado pelo Sistema LIBRA, adotando as providências necessárias para identificação de feitos que porventura não se encontrem ativados na referida plataforma processual, a fim de que este passe a refletir o real acervo da unidade, permitindo melhor aferição dos dados estatísticos e adoção de providências gerenciais pelo magistrado gestor da vara;
- 2.2) concluir a adequada tramitação interna dos feitos que se encontram em secretaria;
- 2.3) a juntada das 217 (duzentas e dezessete) petições físicas e dos 137 (cento e trinta e sete) laudos que se encontram pendentes de tal providência em secretaria, bem como promover a associação, no Sistema Libra, dos outros 822 (oitocentos e vinte e dois) expedientes que já se encontram nos autos;
- 2.4) a identificação dos feitos que possuam detentores de prioridade legal e dos processos integrantes da lista de metas do Conselho Nacional de Justiça, através de tarjas coloridas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



- afixadas nas laterais dos autos, com vistas a facilitar a sua rápida localização, bem como promover a separação física dos demais autos, na secretaria penal;
- 2.5) o andamento e agilização dos processos que possuam detentores de prioridade legal, bem como dos que integram a lista de metas 2 do Conselho Nacional de Justiça;
- 2.6) a verificação dos motivos para a existência de 03 (três) processos arquivados com apensos em outra situação e 69 (sessenta e nove) processos não arquivados com apensos arquivados, corrigindo eventuais discrepâncias a fim de que os registros no sistema de gestão processual reflitam com exatidão o constante nos autos, uma vez que tal procedimento possui impacto direto na taxa de congestionamento da unidade judiciária;
- 2.7) a implementação da ordem cronológica de conclusão, ressalvados os casos urgentes e prioritários, determinada pelo Código de Processo Civil, de modo a evitar que alguns processos fiquem paralisados em secretaria por muito tempo, e outros recebam tramitação célere;
- 2.8) a cobrança dos processos que se encontram com tramitação externa em aberto, com vistas ao advogado, Ministério Público ou Defensoria Pública, bem como proceder controle dos mencionados prazos, pelo menos a cada 30 (trinta) dias;
- 2.9) a verificação dos processos que se encontram com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, com a realização de destinação de valores depositados, se for o caso;
- 2.10) o cumprimento de despachos e decisões judiciais exaradas nos 599 (quinhentos e noventa e nove) processos que se encontram nesta condição;
- 2.11) a cobrança, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, de devolução de mandados e/ou cartas precatória expedidas que se encontrem com prazo de cumprimento extrapolado, através da utilização da ferramenta de “controle de prazo” do Sistema Libra, bem como proceder o seu recebimento da referida plataforma processual a fim de evitar a ocorrência de lixo eletrônico;
- 2.13) o andamento das 1.148 (um mil, cento e quarenta e oito) processos que se encontram sem movimentação há mais de 100 (cem) dias;
- 2.14) o recebimento das 9.382 (nove mil, trezentas e oitenta e duas) tramitações que se encontram pendentes de tal providência no Sistema Libra;
- 2.15) o cadastramento no Sistema Libra e no Sistema Nacional de Bens Apreendidos, do CNJ, dos objetos apreendidos que se encontram acondicionados no setor de arquivo da unidade judiciária;
- 2.16) a verificação e o andamento, se o for caso, dos autos que se encontram acondicionados nas 22 (vinte e duas) caixas identificadas como “processos suspensos”, bem como realizar o efetivo controle dos prazos prescricionais, em obediência ao Provimento Conjunto nº 014/2017-CJRM/CJCI.
- 2.17) a baixa no sistema libra dos feitos que já se encontram finalizados e estão pendentes da referida providência;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

- 2.18) a emissão dos atestados de pena a cumprir nos processos que se encontram pendentes da referida providência;
- 2.19) a elaboração do cálculo de pena nos processos que se encontram pendentes da referida providência;
- 2.20) a expedição das guias de execução definitiva nos autos que se encontram pendentes da referida providência;
- 2.21) o envio das caixas de processos arquivados, que se encontram acondicionados na secretaria da unidade, ao setor de arquivo respectivo;
- 2.22) a expedição de ofícios ao Tribunal Regional Eleitoral, comunicando perda de direitos político de presos, nos processos que se encontram acondicionados nas 38 (trinta e oito) caixas que se encontram pendentes de cumprimento da referida providência;
- 2.23) a cobrança dos inquéritos que se encontram com tramitação externa em aberto ao Ministério Público ou Delegacia de Polícia, bem como proceder controle dos mencionados prazos, pelo menos a cada 30 (trinta) dias;
- 2.25) o encaminhamento dos inquéritos policiais que se encontram pendentes da referida providência ao Ministério Público;
- 2.26) a inserção e alimentação de dados no Banco Nacional de Mandados de Prisão.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA CJCI:

- 1) Expedir ofício à Presidência desta E. Corte, encaminhando cópia do presente relatório, para conhecimento acerca dos pontos relativos à sua esfera de atribuição e adoção das providências que entender necessárias e adequadas, especialmente quanto à lotação de servidores na secretaria da vara criminal da Comarca de Abaetetuba.
- 2) Expedir ofício à Secretaria de Informática, encaminhado cópia do presente relatório, para conhecimento e adoção de providências que entender necessárias e adequadas no que concerne:
 - a) aos constantes problemas de internet enfrentados pela vara criminal da Comarca de Abaetetuba;
 - b) a instalação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) na Comarca de Abaetetuba.

Abaetetuba, 21/08/2017.



**JUIZADO
ESPECIAL
CÍVEL E
CRIMINAL**



Relatório de Competência por Comarca

Comarca: ABAETETUBA

Vara: VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE ABAETETUBA
JOAO RONALDO CORREA MARTIRES

JUIZ TITULAR

Competências

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA 2017

COMARCA: Abaetetuba
EDITAL Nº 04/2017 - CJC1
PERÍODO: 21/08/2017 à 25/08/2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUIZ CORREGEDOR: Dr. Leonardo Farias Duarte
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Juizado Especial (Adjunto) de Abaetetuba
1.2 COMPETÊNCIA: Cível e Criminal (Lei nº 9.099/95)
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. João Ronaldo Correa Martires, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca.
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: desde 01/08/2017
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: 01 (uma) sala para a secretaria do Juizado Especial; 01 (uma) sala para o gabinete do Magistrado, com banheiro.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular () Ruim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA
DE ABAETETUBA

Justificar: Prejudicado		
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: 01/08/2017 à 25/08/2017 Dr. Joao Ronaldo Correa Martires – desde 01/08/2017		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Não houve		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, com a 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Abaetetuba, da qual é titular.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: sim. - Semana Estadual de conciliação – período de 05 a 09 de junho de 2017 - Semana Nacional de Conciliação – período de 21 a 25 de novembro de 2016. Observação: A partir de fevereiro do corrente ano os próprios servidores do Juizado promoveram arquivamento de 478 de TCO's até a data da correição.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01. João Ronaldo Correa Mártires	01/08/2017	-
02. Carla Sodré da Mota Dessimoni	01/07/2017	31/07/2017
03. Everaldo Pantoja e Silva	07/01/2017	18/06/2017
04. José Leonardo Pessoa Valença	01/07/2016	19/12/2016
05. Enguellyes Torres de Lucena	01/05/2016	30/06/2017
06. Deomar Alexandre de Pinho Barroso	31/08/2009	29/04/2016
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE: Nome: Maria Luisa Pinheiro Soares Cargo: Auxiliar Judiciário (Secretária do Juizado Especial) Ato de nomeação: Portaria Nº. 351/2011		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA
DE ABAETETUBA



4.2 SECRETARIA:

Nome: Ana Maria Dias Rodrigues
Cargo: Analista Judiciário Auxiliar de Secretaria
Ato de nomeação: Portaria Nº. 352/2006 - GP

Nome: Igor Duarte Brasileiro
Cargo: Analista Judiciário
Ato de nomeação: Portaria Nº. 5369/2015- GP

Nome: Jose Edilson Melo Oleastre
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomeação: Portaria Nº. 243/2009 - GP

Nome: Francisco Luis Alves Trindade
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria Nº. 154/2015 - GP

Nome: Maria Nilzareth Da Silva Costa
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria Nº. 102/2009 - GP

4.3. OUTROS SETORES:

CONCILIADORES

Nome: Carla Cristina Cabral Alves
Cargo: Conciliadora
Ato de nomeação: 128/2010 - GP

Nome: Haroldo Dias Alves
Cargo: Conciliador
Ato de nomeação: Portaria Nº. 186/2006 - GP

OFICIAIS DE JUSTIÇA

Nome: Cleivaldo Araujo da Silva
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação:

Nome: Marcelo Alencar da Silva
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação: Portaria nº 481/2007 - GP

Nome: Michela Dantas do Nascimento
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação: Portaria nº 5.401/2016 - GP

Nome: Orivaldo Bararuá Solano
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação: Portaria nº 5.402/2016 - GP

Nome: Waldimir Pureza de Carvalho



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA
DE ABAETETUBA

Cargo: Oficial de Justiça Ato de nomeação: Portaria nº 347/2006 - GP
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: 2016/2017 Dr. Gerson Daniel Silva da Silveira Dr. Bruno Saravalli Rodrigues Dra. Regina Luzia Taveira Dr. Frederico Freire
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titulares
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, com as Varas Cíveis e Criminal
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: 2016/2017 Dra. Ana Alice Caldas Figueiredo Dra. Danielle Santos Maués Carvalho
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, com a Vara Criminal da comarca de Abaetetuba.
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE): Computador: 05 Scanner: 02 Impressora: 02
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: O serviço de internet é muito lento e apresenta constante oscilação e queda de link.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 05



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA
DE ABAETETUBA



Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Sim.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA, PJE E PROJUDI Observação CJCI: os feitos criminais estão todos cadastrados no Sistema Libra e os feitos cíveis tramitam no PJE.
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): jeabaetetuba@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? A Secretária do Juizado e os servidores lotados na unidade Com que frequência? Diariamente.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (x) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (x) Sim () Não Justificar: Todos possuem senha de acesso ao sistema de processos LIBRA, PJE e PROJUDI.
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: Há necessidade de curso de atualização dos sistemas utilizados pelo TJEPa.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (x) Sim () Não Justificar: Para quando está a pauta de audiência? Conciliação: 21/06/2018 e Instrução: 28/09/2018 Em quais dias da semana são realizadas as audiências? Em regra, as terças, quartas e quintas, da seguinte forma: Terça-feira: audiências criminais e as cíveis, de conciliação e instrução Quarta-feira: audiências cíveis de instrução Quinta-feira: audiência cíveis de conciliação
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA
DE ABAETETUBA

(x) Sim () Não

Justificar:

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Somente há resenha de processos cadastrados no LIBRA (criminais).

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

Observação CJCI: Informações prestadas pelos servidores da unidade judiciária.

TOTAL GERAL 2015:

Despacho: (LIBRA: 106) + (PROJUDI: 796) = 902

Decisão Interlocutória:

Sentença: (LIBRA: 133) + (PROJUDI: 522) = 655

Audiência: (LIBRA: 165) + (PROJUDI: 821) = 986

TOTAL GERAL 2016:

Despacho: (LIBRA: 103) + (PROJUDI: 476) = 579

Decisão Interlocutória: (PJE: 069) = 069

Sentença: (LIBRA: 103) + (PROJUDI: 349) + (PJE: 08) = 460

Audiência: (LIBRA: 091) + (PROJUDI: 619) + (PJE: 210) = 920

TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição):

Despacho: (LIBRA: 084) + (PROJUDI: 61) = 145

Decisão Interlocutória: (PJE 239) = 239

Sentença: (LIBRA: 025) + (PROJUDI: 103) + (PJE 127) = 255

Audiência: (LIBRA: 037) + (PROJUDI: 126) + (PJE: 414) = 577

**8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA
CONTAGEM FISICA**

Observação CJCI: Informação prestada pelos servidores da
unidade judiciária

QUANTIDADE

CIVEIS

CÍVEIS – Meta 2/2017 (distribuídos até
31/12/2013)

LIBRA: 189

CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - Improbidade
Administrativa (ações distribuídas até
31/12/2014)

-

AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL

-

CÍVEIS – META 6/2017 (ações coletivas
distribuídas até 31/12/2014)

-

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

-

RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)

PROJUD: 1.044
PJE: 1.087

CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)

-

CRIMINAIS

PENAIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ
31/12/2013)

-



ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	736	435
2016	720	324
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
Observação CICI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho de 2017.		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CICI, NA INTERNET:		
Justificar: (x) Sim () Não		
9. INDICADORES GERAIS		
PENALIS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014		
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER		
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI		
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)		
EXECUÇÃO PENAL		
PENALIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)		
INFÂNCIA E JUVENTUDE		
ATO INFRACIONAL		
SITUAÇÃO DE RISCO		
TUTELA		
GUARDA		
ADOÇÃO		
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS		
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CÍVEIS		
PRECATÓRIAS CRIMINAIS		
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE		
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA		
Feitos com Tramitação Externa		
LIBRA: 188		
LIBRA: 940		
ACERVO LIBRA + PROJUDI + PJE		
LIBRA (acervo ativo): 1.196		
PROJUDI: 1.044		
PJE: 1.087		
ACERVO DA UNIDADE = 3.329		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA DE ABAETETUBA

		(META NÃO CUMPRIDA)
2017	443	186 (META NÃO CUMPRIDA)
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: (x) Sim () Não Justificar: O sistema PJE já permite identificar qual é o tipo de prioridade e marcar no processo, como por exemplo idoso, deficiente físico, etc.		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (7) INICIAIS; (5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (6) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: (2) IDOSO; (-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; (-) AÇÕES DE ALIMENTOS; (-) RÉU PRESO; (-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; (-) ALVARÁ DE SOLTURA; (8) POR ORDEM CRONOLÓGICA (3) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; (4) OUTRO (CARTA PRECATÓRIA) OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	-	-
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	-
INFOJUD	-	-
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	-	-
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS	-	-
INFOSEG	-	-
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	-	-
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	-	-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	-	-
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim () Não		



Justificar: Prejudicado
10. INDICADORES CÍVEIS
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Observação CICI: Informação prestada pela Coordenadoria de Controle de Planejamento até o mês de junho de 2017. Acervo da meta: 266 Julgados: 204 Grau de julgamento: 76,69% Pendentes de julgamento: 62, sendo todos feitos cíveis <u>META NÃO CUMPRIDA</u>
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado.
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014): Prejudicado.
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de liminar ou antecipação de tutela: 67 Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga: 67, sendo a data mais antiga 20/06/2017.
11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Observação CICI: Informação prestada pela Coordenadoria de Controle de Planejamento até o mês de junho de 2017. Acervo da meta: 266 Julgados: 204 Grau de julgamento: 76,69% Pendentes de julgamento: 62, das quais nenhuma é ação penal <u>META NÃO CUMPRIDA</u>
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Prejudicado.
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Prejudicado.
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA
DE ABAETETUBA

11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Justificar: Prejudicado.
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Justificar: Prejudicado.
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Prejudicado.
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado.
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado.
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado.
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado.
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? (<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Justificar: Prejudicado.
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado.
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: (<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Justificar: Prejudicado.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado.



12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?

Prejudicado.

12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?

Prejudicado.

13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL

13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE?

Sim Não

Justificar:

Prejudicado.

13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?

Sim Não

Justificar:

Prejudicado.

13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?

Sim Não

Justificar:

Prejudicado.

13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?

Sim Não

Justificar:

Prejudicado.

13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?

Prejudicado.

13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?

Prejudicado.

13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?

Prejudicado.

13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?

Prejudicado.

14 PRECATÓRIAS

14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 02

14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 03

14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA
DE ABAETETUBA

14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? A cobrança é realizada através de ofício encaminhado ao juízo deprecado por e-mail ou via malote digital.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 141
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 00
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 13
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 21
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 149
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 149, sendo a data mais antiga 04/04/2017
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 44
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: PROJUDI: 71 PJE: 67 LIBRA: 00
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: LIBRA: 62 PROJUD: 34
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: PROJUDI: 16
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: PROJUDI: 290 LIBRA: 57 PJE: 314
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: PROJUDI: 112 LIBRA: 44



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA
DE ABAETETUBA



PJE: 35		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RELATÓRIO EM ANEXO		
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? A cobrança é realizada verbalmente. Havendo a permanência da referida situação, procede-se a notificação ao Oficial de Justiça para imediata devolução do expediente em atraso.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	141	30/01/2014
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	00	-
17.7.3 ADVOGADO	03	29/10/2015
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: através de relatório emitido pelo Sistema Libra Cobrança: por meio de intimação via DJE, no caso de advogado, e através de ofício, no caso de MP ou Defensoria Pública.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim (x) Não Considerações CJCI: Foram localizadas armas e bens apreendidos no arquivo do Juizado Especial, contudo os referido objetos não estão cadastrado nem no Sistema Libra, e nem Sistema Nacional de Bens Apreendidos do CNJ.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (x) Não Justificar: Tanto as armas quanto os bens apreendidos são acondicionados no arquivo do Juizado Especial.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? () Sim (X) Não Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
RELATÓRIO EM ANEXO		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA DE ABAETETUBA

Consideração CJCI: Apesar de existir apenas 01 (um) objeto cadastrado no Sistema Libra, foram localizados no setor de arquivo do Juizado além dos objetos apreendidos, as seguintes armas de fogo: 20 (vinte) revólveres sem identificação; 11 (onze) revólveres com identificação; 01 (uma) uma pistola sem identificação, 08 (oito) espingardas sem identificação e 01 (uma) espingarda com identificação.

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

Sim Não

Justificar: As armas mencionadas no item anterior não foram recolhidas pela Comissão de Transporte de Armas porque só foram localizadas posteriormente à coleta realizada em abril/2017.

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

Sim Não

Justificar:

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

Sim Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

Sim Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

Sim Não

Justificar: Relatório em anexo.

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

Sim Não

Prejudicado

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

Sim Não

Justificar:

Prejudicado

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

Sim Não

Justificar:

Prejudicado

20. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

Devido ao grande volume de processos que se encontram em tramitação neste juizado, há a necessidade de que se tenha um magistrado que atue somente no Juizado, pois os Juízes designados para responder são titulares de outras varas, além do aumento no número de servidores para um melhor andamento dos trabalhos.

21. CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:



O Juizado Especial Cível e Criminal de Abaetetuba funciona atualmente com aproximadamente, 3.200 processos em tramitação. Tal demanda torna deficitária o atendimento jurisdicional, levando em conta que o Juizado não possui Juiz titular, além de possuir um número pequeno de servidores. O problema ainda se agrava devida a rotatividade elevada de magistrados, o que dificulta qualquer tentativa de continuidade de trabalho a longo e em curto prazo. Assim, faz-se necessário que seja designado um Magistrado para atuação exclusiva no Juizado, além do aumento no número de servidores para um melhor andamento dos trabalhos, com mais celeridade para que a finalidade do Juizado seja efetivamente alcançada ou a criação da Vara de Juizado Especial nesta Comarca.

23. CORREGEDORIA DO INTERIOR

O Juizado Especial Cível e Criminal Adjunto da Comarca de Abaetetuba possui competência para o processamento e julgamento de feitos de menor potencial ofensivo, amparados pela Lei 9.099/90.

Por se tratar de um Juizado Especial Adjunto, não possui Juiz Titular.

Quem está respondendo pela unidade é o Dr. Joao Ronaldo Correa Martires, Juiz Titular da 2ª Vara Cível, desde 01/08/2017.

São utilizados 03 (três) sistemas de gestão processual, quais sejam, LIBRA, PROJUDI e o PJE.

O acervo processual da unidade possui 3.329 (três mil, trezentos e vinte e nove) processos, dos quais 940 (novecentos e quarenta) são físicos e 2.131 (dois mil, cento e trinta e um) virtuais, além dos 188 (cento e oitenta e oito) que estão com tramitação externa.

Dos 940 (novecentos e quarenta) processos físicos, 189 (cento e oitenta e nove) são processos cíveis integrantes da meta 02, do Conselho Nacional de Justiça, 558 (quinhentos e cinquenta e oito) são TCO'S e 05 (cinco) são cartas precatórias.

O juizado especial adjunto funciona em 02 (duas) salas localizadas nas dependências do Fórum de Abaetetuba, 01 (uma) onde são realizadas as atermações e consultas processuais e outra onde ficam localizados o gabinete e a sala de audiências.

As dependências físicas da unidade apresentam boas condições estruturais e mobiliário compatível com a estrutura ocupada.

Durante a realização da correição verificou-se que a secretaria se encontra organizada e que os servidores estão realizando a tramitação interna dos processos físicos na unidade com vistas a sua rápida localização.

Acerca dos trabalhos desenvolvidos na unidade, foram localizadas 149 (cento e quarenta e nove) petições físicas pendentes de juntada e associação no Sistema Libra, 13 (treze) TCO'S pendentes de registro e autuação, 16 (dezesesseis) feitos em preconclusão e 200 (duzentos) processos pendentes de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUÍZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA DE ABAETETUBA

cumprimento de decisão judicial, dos quais 138 (cento e trinta e oito) há mais de 100 dias e 62 (sessenta e dois) há menos de 100 dias.

Observou-se também, que existem 358 (trezentas e cinquenta e oito) tramitações pendentes de recebimento, 509 (quinhentos e nove) processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, além de 661 (seiscentos e sessenta e um) processos conclusos ao gabinete do Magistrado há mais de 100 (cem dias) e 156 (cento e cinquenta e seis) há menos de 100 (cem) dias.

Foram localizados ainda, 21 (vinte e uma) iniciais pendentes de despacho, 44 (quarenta e quatro) petições intermediárias não despachadas e 67 (sessenta e sete) pedidos de liminar pendentes de apreciação pelo Juízo.

Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se a existência de 141 (cento e quarenta e um) processos com carga ao MP e 03 (três) com vista à advogados, sendo as cargas mais antigas datadas de 30/01/2014 e 29/10/2015, respectivamente, além de 44 (quarenta) inquéritos com tramitação externa para a Delegacia de Polícia.

No momento da correição, constatou-se que 110 (cento e dez) mandados encontravam-se na posse dos Oficiais de Justiça com pendências de cumprimento, sendo 27 (vinte e sete) com Cleivaldo Araújo da Silva, 01 (um) com Marcelo Alencar da Silva, 26 (vinte e seis) com Michela Dantas do Nascimento, 32 (trinta e dois) com Orivaldo Bararua Solano e 24 (vinte e quatro) com Waldimir Pureza de Carvalho, com data de distribuição mais antiga de 02/06/2017, 10/08/2017, 04/04/2017, 22/05/2017 e 10/07/2017, respectivamente.

Para os depósitos judiciais, é aberta subconta, havendo processos com depósitos judiciais na unidade judiciária sem movimentação há mais de 03 (três) anos, conforme relatório emitido pelo SDJ (Sistema informatizado de Depósito Judicial), no Sistema Libra em anexo.

Quanto aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça observou-se ainda que, a despeito de existir apenas 01 (um) objeto apreendido cadastrado no Sistema Libra e de terem sido localizados 34 (trinta e quatro) armas brancas, 31 (trinta e uma) armas de fogo, 07 (sete) simulacros e 04 (quatro) balas, além de diversos aparelhos de som, conforme fotos em anexo no relatório de correição, o sistema nacional de bens apreendidos não se encontra devidamente alimentado.

Através de dados obtidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJEPA verificou-se que, apesar da vara criminal de Abaetetuba ter cumprido a meta 1 do Conselho Nacional de Justiça nos anos de 2015 e 2016, até o momento da correição havia cumprido apenas 74,7% no ano de 2017.

Os indicadores da atividade jurisdicional da unidade revelam também o não cumprimento da Meta 2, do Conselho Nacional de Justiça, nos anos de 2015 e 2016, havendo a necessidade da adoção de medidas para efetivo cumprimento da mesma no ano de 2017, considerando que a existência de 62 (sessenta e dois) feitos afetos a este indicador, até o momento da correição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA
DE ABAETETUBA



Ressalte-se ainda que, a juizado especial cível e criminal adjunto de Abaetetuba atualmente apresenta taxa de congestionamento de 95,84%, tendo no ano de 2016 atingido a taxa de 77,62%, ou seja, acima do índice de referência 69% estabelecido pelo TJEPA para o período.

Na análise de processos por amostragem, a equipe da Corregedoria do Interior constatou que a secretaria do juizado especial não acompanhada o cumprimento das transações homologadas pelo Juízo nos TCO'S, permanecendo os autos completamente paralisados, alguns inclusive com ocorrência do instituto da prescrição.

Ressalte-se que, a secretaria não efetua controle dos prazos prescricionais nos feitos físicos em tramitação na unidade.

Foram analisados ainda alguns feitos que possuem tramitação demasiadamente longa e que requerem efetividade para prestação jurisdicional como exemplo os autos de nº 0001911-31.2004.8.14.0070, 0002045-63.2001.8.14.0070, 0002400-63.2007.8.14.0070, 0002918-19.2008.8.14.0070, 0002858-46.2008.8.14.0070, 0001871-49.2004.8.14.0070, dentre diversos outros.

Ademais, em consulta ao PROJUD observou-se que os processos de nº 0002864-82.2010.8.14.0070, 0002926-25.2010.8.14.0070, 0002922-85.2010.8.14.0070, 0002751-94.2011.8.14.0070, 0002835-95.2011.8.14.0070, 0002720-74.2011.8.14.0070, 0002829-88.2011.8.14.0070, 0002881-84.2011.8.14.0070, 0002749-27.2011.8.14.0070, 0002855-86.2011.8.14.0070, entre diversos outros, encontram-se completamente paralisados desde 02/10/2012, 01/03/2014, 27/09/2011, 04/10/2012, 04/11/2014, 16/08/2016, 04/12/2012, 01/03/2014, 01/03/2014, 01/03/2014, respectivamente.

Por fim, necessário apontar também que foram apresentados pleitos pelo juízo da unidade que não se encontram na esfera de atribuições acometidas ao Órgão Censor, tais como a nomeação de servidores, designação de 01 (um) magistrado para responder exclusivamente pela unidade e criação da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal, questões **que deverão ser encaminhadas respectivamente à Presidência desta E. Corte e à Comissão de Organização Judiciária para análise.**

Em razão do observado na Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba, este Órgão Censor emite as seguintes **RECOMENDAÇÕES:**

- 1) Ao Magistrado gestor da unidade para que adote as seguintes providências:
 - a) empreender os esforços necessários para dar cumprimento às Metas para 2017 estabelecidos ao Poder Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça;
 - b) elaborar cronograma de trabalho, em conjunto com o Diretor de Secretaria, para dar cumprimento à demanda acumulada na unidade, estabelecendo metas de trabalho e diligenciando principalmente para que se proceda o seu cumprimento efetivo.
 - c) implementar a ordem cronológica de conclusão, ressalvados os casos urgentes e prioritários, determinada pelo Código de Processo Civil, de modo a evitar que alguns processos fiquem paralisados em gabinete por muito tempo, e outros recebam tramitação célere;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA
DE ABAETETUBA

- d) analisar os 67 (sessenta e sete) feitos pendentes de apreciação de liminar ou antecipação de tutela;
- e) despachar as 21 (vinte e uma) petições iniciais e 44 (quarenta e quatro) petições intermediárias que se encontram em gabinete;
- f) dar andamento aos 817 (oitocentos e dezessete) processos que se encontram em gabinete.

2) Determinar ao Diretor de Secretaria da unidade que diligencie para **adequação das rotinas de trabalho desenvolvidas na unidade**, principalmente no sentido de promover:

- 2.1) o andamento e agilização dos processos que possuam detentores de prioridade legal, bem como dos que integram a lista de metas 2 do Conselho Nacional de Justiça;
- 2.2) a identificação dos feitos que possuam detentores de prioridade legal e dos processos integrantes da lista de metas do Conselho Nacional de Justiça, através de tarjas coloridas afixadas nas laterais dos autos, com vistas a facilitar a sua rápida localização, bem como promover a separação física dos demais autos;
- 2.3) a juntada das 149 (cento e quarenta e nove) petições físicas, com posterior associação no Sistema Libra;
- 2.4) a implementação da ordem cronológica de conclusão, ressalvados os casos urgentes e prioritários, determinada pelo Código de Processo Civil, de modo a evitar que alguns processos fiquem paralisados em secretaria por muito tempo, e outros recebam tramitação célere;
- 2.5) a cobrança dos processos que se encontram com tramitação externa em aberto, com vistas ao advogado, Ministério Público ou Defensoria Pública, bem como proceder controle dos mencionados prazos, pelo menos a cada 30 (trinta) dias;
- 2.6) a verificação dos processos que se encontram com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, com a realização de destinação de valores depositados, se for o caso;
- 2.7) o cumprimento de despachos e decisões judiciais exaradas nos mais de 200 (duzentos) processos que se encontram nesta condição;
- 2.8) a cobrança, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, de devolução de mandados e/ou cartas precatória expedidas que se encontrem com prazo de cumprimento extrapolado, através da utilização da ferramenta de "controle de prazo" do Sistema Libra, bem como proceder o seu recebimento da referida plataforma processual a fim de evitar a ocorrência de lixo eletrônico;
- 2.9) o andamento dos 509 (quinhentos e nove) processos que se encontram sem movimentação há mais de 100 (cem) dias;
- 2.10) o recebimento das 358 (trezentas e cinquenta e oito) tramitações que se encontram pendentes da referida providência no Sistema Libra;
- 2.11) o cadastramento no Sistema Libra e no Sistema Nacional de Bens Apreendidos, do CNJ, dos objetos apreendidos que se encontram acondicionados no setor de arquivo da unidade judiciária;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL UNICO DA COMARCA
DE ABAETETUBA



2.13) a verificação e o andamento, se o for caso, dos autos que se encontram com transação penal homologada pelo Juízo;

2.14) o efetivo controle dos prazos prescricionais, em obediência ao Provimento Conjunto nº 014/2017-CJRMB/CJCI;

2.15) o arquivamento dos feitos que já se encontram finalizados;

2.16) o andamento dos feitos que tramitam no Sistema PROJUD, em especial os analisados pela equipe da Corregedoria de Justiça, quais sejam, os autos de nº 0002864-82.2010.8.14.0070, 0002926-25.2010.8.14.0070, 0002922-85.2010.8.14.0070, 0002751-94.2011.8.14.0070, 0002835-95.2011.8.14.0070, 0002720-74.2011.8.14.0070, 0002829-88.2011.8.14.0070, 0002881-84.2011.8.14.0070, 0002749-27.2011.8.14.0070, 0002855-86.2011.8.14.0070, entre diversos outros, encontram-se completamente paralisados desde 02/10/2012, 01/03/2014, 27/09/2011, 04/10/2012, 04/11/2014, 16/08/2016, 04/12/2012, 01/03/2014, 01/03/2014, 01/03/2014, respectivamente;

2.17) a cobrança dos 141 (cento e quarenta e um) inquéritos policiais que estão com tramitação externa em aberto ao Ministério Público, bem como proceder o controle dos mencionados prazos, pelo menos a cada 30 (trinta) dias.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA CJCI:

1) Expedir ofício à Presidência desta E. Corte, encaminhando cópia do presente relatório, para conhecimento acerca dos pontos relativos à sua esfera de atribuição e adoção das providências que entender necessárias e adequadas, especialmente no que concerne:

a) lotação de servidores no juizado especial cível e criminal de Abaetetuba;

b) designação de 01 (um) Magistrado para responder exclusivamente pelo juizado cível e criminal de Abaetetuba.

2) Expedir ofício à Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assunto Administrativos e Legislativos, encaminhando cópia do presente relatório, para que avalie a necessidade e oportunidade da criação da vara do juizado especial cível e criminal adjunto de Abaetetuba.

Abaetetuba, 21/08/2017.



SECRETARIA DO
FÓRUM, UNAJ,
CONTADORIA,
CENTRAL DE
MANDADOS,
PROTOCOLO E
DISTRIBUIÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

<p>COMARCA: Abaetetuba</p> <p>EDITAL Nº 04/2017-CJCI</p> <p>PERÍODO: 21 a 25/08/2017</p> <p>Desembargadora Corregedora: Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha</p> <p>Juiz Corregedor: Dr. Leonardo Farias Duarte</p>
<p>1. INFORMAÇÕES GERAIS</p>
<p>1.1 UNIDADES: Secretaria do Fórum, Distribuição, Protocolo, UNAJ, Oficiais de Justiça e Setor de Arquivo</p>
<p>1.2 COMPETÊNCIA: Administrativa</p>
<p>1.3 MAGISTRADO(A) DIRETOR DO FÓRUM: Dra. Carla Sodré da Mota Dessimoni</p>
<p>1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular</p>
<p>1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde de 02/09/2017 (Portaria nº 4.176/2016-GP)</p>
<p>2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA</p>
<p>2.1 ENDEREÇO: Avenida Dom Pedro II, nº 1177, bairro Aviação, CEP 68.440-000, Abaetetuba, Pará</p>
<p>2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: A Secretaria do Fórum não possui informação acerca da situação jurídica do imóvel, só sabendo informar que o Fórum da Comarca de Abaetetuba sempre funcionou neste prédio.</p>
<p>2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: O prédio é composto de 03 (três) blocos, em bom estado de conservação.</p> <p>1º Bloco - Salão do Tribunal do Júri – composto de sala secreta, com banheiro, copa, 02 (dois) banheiros, sendo 01 (um) feminino e 01 (um) masculino e 02 (duas) celas.</p> <p>2º Bloco – Composto das seguintes salas:</p> <p>01 (uma) Sala de Recepção;</p> <p>01 (uma) sala para o Protocolo;</p> <p>01 (uma) sala para a Distribuição;</p> <p>01 (uma) sala para a Contadoria;</p> <p>01 (uma) sala para o Arquivo da Secretaria da Vara Criminal;</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA

<p>02 (dois) banheiros públicos, sendo 01 (um) masculino e 01 (um) feminino; 01 (uma) sala para o Almojarifado da Secretaria do Fórum; 01 (uma) sala para o Setor Psicossocial; 01 (uma) sala para a Secretaria do Fórum e UNAJ; 01 (uma) sala para o arquivo da 1ª Vara Cível; 01 (uma) para a Copa; 02 (dois) banheiros para os servidores, sendo 01 (um) feminino e 01 (um) masculino.</p> <p>3º Bloco – Composto das seguintes salas: 01 (uma) sala para a Informática; 01 (uma) sala para o arquivo do Juizado Especial Cível e Criminal de Abaetetuba; 01 (uma) sala de depoimento especial; 01 (uma) sala para a OAB; 01 (uma) sala para os Oficiais de Justiça; 01 (uma) sala para o arquivo da 2ª Vara Cível; 01 (uma) sala especial para a permanência de adolescentes infratores para participação em audiência.</p>
<p>2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar:</p>
<p>2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar:</p>
<p>2.6 MOBILIÁRIO: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: Alguns móveis precisam ser substituídos devido ao desgaste do tempo, tais como cadeiras, armários, racks, etc., os quais já foram solicitados através do OFI-2017/06914.</p>
<p>2.7 SEGURANÇA: () Boa (x) Regular () Ruim Justificar: A segurança do Fórum é realizada pela Empresa Pólo, com 04 (quatro) vigias que se revezam em turnos de 36h (trinta e seis horas), sendo dois por turno, além de 02 (dois) Policiais Militares que também efetuam turnos de revezamento (08 às 14h e 14h às 19h). O Fórum possui sistema de alarme.</p>
<p>2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa (x) Regular () Ruim Justificar: Os banheiros da Comarca não são acessíveis a cadeirantes (as portas do banheiro inviabilizam a sua utilização adequada).</p>



2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:

() Boa () Regular (x) Ruim

Justificar: A residência oficial fica localizada na Avenida Pedro Rodrigues, nº 251, esquina com a Rua Siqueira Mendes, nesta cidade, e encontra-se fechada e sem uso por falta de condições de habitabilidade.

3. QUADRO FUNCIONAL

3.1. SECRETARIA DO FÓRUM E UNAJ

Nome: Carla Cristina Cabral Alves

Cargo: Chefe Regional de Arrecadação (UNAJ) - Exclusivamente comissionado

Ato de nomeação: Portaria nº 012/2009-SF e Portaria nº 0576/2006-GP

Nome: Raimundo Nonato Fonseca

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal – concursado – Vigilante (mas desempenha a função de Office Boy no Fórum de Abaetetuba)

Ato de nomeação (Ato de Cessão): Portaria nº 226/2003-SEMAD, de 30/10/2003

3.2. SERVIÇOS GERAIS

Nome: Antônio Lima da Silva

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Abaetetuba – concursado - Servente

Ato de nomeação: Portaria nº 084/2009 -PM

Nome: Edineth da Silva e Silva

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Abaetetuba – concursada - Servente

Ato de nomeação (Ato de Cessão): Memo. Nº 237/2010-DRH

Nome: Jorge dos Santos André

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Abaetetuba – contratado (desempenha a função de servente no Fórum)

Ato de nomeação (Ato de Cessão): MEMO. Nº 223/2011-DRH

Nome: Maria Ruth Santos do Nascimento

Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal – concursada - Servente

Ato de nomeação (Ato de Cessão): Ofício nº 125/2008-PMA/SEMAD

Nome: Ciziclécio de Oliveira Natos

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal – concursado - Porteiro

Ato de nomeação (Ato de Cessão): MEMO. 504/2009-DRH

3.3 POLICIAIS MILITARES/VIGILANTES

Nome: Miguel Ferreira Gurjão

Cargo: Sargento da Polícia Militar

Ato de nomeação (Ato de Cessão): Não há a informação na pasta funcional do servidor

Nome: Luiz Eduardo Lobato da Silva

Cargo: Cabo Polícia Militar



Ato de nomeação (Ato de Cessão): Ofício nº 481/10-1ª Seção/CPRIX

Nome: Geraldo Gonçalves Ferreira
Cargo: Vigilante – Empresa Pólo
Ato de nomeação: contrato desde 01/10/2014

Nome: Elias Cardoso Rodrigues
Cargo: Vigilante – Empresa Pólo
Ato de nomeação: contrato desde 01/10/2014

Nome: Edinilson da Silva Sousa
Cargo: Vigilante – Empresa Pólo
Ato de nomeação: contrato desde 01/10/2014

Nome: Hilton Omar Felgueiras dos Santos
Cargo: Vigilante – Empresa Pólo
Ato de nomeação: contrato desde 01/10/2014

3.4. CENTRAL DE MANDADOS

Nome: Marcelo Alencar da Silva
Cargo: Oficial de Justiça Avaliador
Ato de nomeação: Portaria nº 0800/2011- GP, de 21/06/2001

Nome: Aleteia Patrícia Pacheco de Barros
Cargo: Oficial de justiça avaliador
Ato de nomeação: Portaria nº 3.205/2011-GP, de 21/11/2011

Nome: Michela Dantas do Nascimento
Cargo: Oficial de justiça avaliador
Ato de nomeação: Portaria nº 0117/2012-GP, de 19/01/2012

Nome: Mauro Osvaldo de Oliveira Pereira
Cargo: Oficial de justiça avaliador
Ato de nomeação: Portaria nº 3.206/2011, de 21/11/2011

Nome: Cleivaldo Araújo da Silva
Cargo: Oficial de Justiça Avaliador
Ato de nomeação: Portaria 0019/2006-GP, de 10.01.2006

Nome: Waldimir Pureza de Carvalho
Cargo: Oficial de Justiça Avaliador
Ato de nomeação: Portaria nº 086/1983-GP, 09/05/1983

Nome: Orivaldo Bararuá Solano
Cargo: Oficial de Justiça Avaliador
Ato de nomeação: Portaria nº 0967/1995, de 04/12/1995

3.5. DISTRIBUIÇÃO

Nome: Graciete do Socorro Bararua Solano



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA



Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria n° 0774/1991, de 22/07/1991

Nome: Manoel do Socorro Pinheiro dos Santos
Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal - concursado – Vigilante (mas desempenha a função a Auxiliar Administrativo efetuando a distribuição de feitos)
Ato de nomeação: Portaria n° 041/2008-DF

Nome: Rodrigo Ribeiro Lobato
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 0999/2012-GP, de 26/03/2012

3.6. PROTOCOLO

Nome: Maria de Nazaré Costa de Andrade
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 83/1983-GP, 09/05/1983

Nome: Valdo Miguel Matos Lobato
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 02/1993-GP, de 22/06/1993

Nome: João Carlos Lima Mourão
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 0995/1994, de 28/11/1994

3.7. INFORMÁTICA

Nome: José Gonçalves e Silva
Cargo: Terceirizado da Empresa Montreal
Ato de nomeação: meados 01/2012

3.8. CONTADORIA

Nome: Suely Yumi Dohara
Cargo: Analista Judiciária - Contador
Ato de nomeação: Portaria 4.147/2013-GP

3.9. SERTOR PSICOSSOCIAL

Nome: Nayra Cristine Alves de Carvalho
Cargo: Analista Judiciário – Psicologia
Ato de nomeação: Portaria nº 559/2011-GP, de 21/02/2011

Nome: Vanessa Cristina Souza da Silva
Cargo: Analista Judiciário – Assistente Social
Ato de nomeação: Portaria nº 0561/2011-GP, de 21/02/2011

Nome: Marcel Espírito Santo Carvalho Lobato
Cargo: Analista Judiciário – Pedagogo
Ato de nomeação: Portaria 1142/2001-GP, de 31/08/2001



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA

Nome: Silvana Santos Azevedo
Cargo: Analista Judiciário – Pedagogo
Ato de nomeação: Portaria 0554/2011-GP, 21/02/2011

Nome: Raimunda do Socorro Ferreira da Silva
Cargo: Analista Judiciário – Assistente social
Ato de nomeação: Portaria nº 0157/2008-GP, de 25/01/2008

3.10. ARQUIVO

Não há servidores lotados no referido setor.

4. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

4.1 VEÍCULOS (QUANTIDADE): 04 (quatro), sendo 02 (dois) carros e 02 (duas) motos

4.1.1 FROTA (Descrever veículos):

1) Carro - Pálio - Modelo Palio ELX Flex, ano 2008/2009, Placa JVW 1167. Veículo em bom estado de conservação, com pequeno amassado na mala. Os adesivos estão apagados pela incidência do sol; assim como as placas; tendo a Direção do Fórum solicitado a substituição (PA-OFI-2017/02235). Em relação ao aspecto interno o veículo está ótimas condições, como também em relação à mecânica geral.

2) Carro - Ranger - Modelo Ranger XL, Ano 2013/2014/, Placa OTU 3051. Veículo em ótimo estado de conservação, com um pequeno arranhão na lateral esquerda. Os adesivos estão apagados pela incidência do sol. Em relação ao aspecto interno o veículo está ótimas condições, como também em relação à mecânica geral.

3) Moto – Modelo CG 125 FAN, Ano 2005/2005, Placa JUR 4265. Veículo em bom estado de conservação, com pequenos arranhões no tanque, com adesivos desbotados. As placas estão apagadas.

4) Moto – Modelo HONDA CG 125, Ano 2006/2006, Placa JTI 8605. Veículo em bom estado de conservação, com pequenos arranhões no tanque, com adesivos desbotados. As placas estão apagadas.

4.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

() Sim (x) Não

Justificar: Em razão das motos serem muito antigas (modelos de 2005 e 2006) e inadequadas ao cumprimento de ordens judiciais na área rural que, em parte, é constituída de ramais, os quais no período chuvoso ficam intrafegáveis.

4.2 INFORMÁTICA:

SECRETARIA DO FÓRUM

Computador: 01
Scanner: 01
Impressora: 01 (multifuncional)

CENTRAL DE MANDADOS



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA



Computador: 04
Scanner: 03
Impressora: 01

DISTRIBUIÇÃO

Computador: 03
Scanner: 01
Impressora: 01

PROTOCOLO

Computador: 03
Scanner: 01
Impressora: 02

UNAJ

Computador: 01
Scanner: 01
Impressora: 01 (Lexmark)

ARQUIVOS:

Computador: 00
Scanner: 00
Impressora: 00

CONTADORIA

Computador: 01
Scanner: 01
Impressora: 01

SETOR PSICOSSOCIAL

Computador: 05
Scanner: 01
Impressora: 01 (que está sem uso por se encontrar quebrada)

4.2.1 ACESSO À INTERNET:

(x) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

4.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):

Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar.

Secretaria do Fórum: 01. Suficiente.
Central de Mandados: 04. Suficiente
UNAJ: 01. Suficiente.
Distribuição: 03. Suficientes
Protocolo: 03. Suficientes



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA

Arquivo: Prejudicado Contadoria: 02. Suficientes Setor Psicossocial: 04. Não, considerando que são 05 técnicos		
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Prejudicado		
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência? Secretaria do Fórum: tjepa070@tjpa.jus.br - Carla Cristina Cabral Alves. Verificação diária. Oficiais de Justiça: Cada um é responsável por abrir o sem diariamente. UNAJ: 070unaj@tjpa.jus.br - Cristina Cabral Alves. Verificação diária. Distribuição: distribuicaoabaetetuba@tjpa.jus.br - Graciete do socorro Bararua Solano. Verificação diária. Protocolo: protocoloabaetetuba@tjpa.jus.br - Maria De Nazaré Costa De Andrade e João Carlos Lima Mourão. Verificação diária. Arquivo: Prejudicado Setor Social: 070disciplinar@tjpa.jus.br - Nayra Cristine Alves de Carvalho. Verificação diária.		
5. SECRETARIA DO FÓRUM		
5.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (x) Bom () Regular () Ruim Justificar:		
5.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar:		
5.3 OS SERVIDORES E OS ESTAGIÁRIOS DA SECRETARIA DO FÓRUM ACESSAM O MALOTE DIGITAL E O SIGADOC? (x) Sim () Não Justificar:		
5.4 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: Curso de PJE, que já foi solicitado pela administração do Fórum através do SigaDoc PA-REQ-2017/11715).		
5.5 HÁ REGISTRO DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA COMARCA? (x) Sim () Não Justificar: Havia somente 01 (um) PAD em tramitação na Comarca, em desfavor do Oficial de Justiça Orivaldo Bararua Solano, o qual já foi remetido a CJCI com relatório final (PA-PRO-2017/01031).		
6. OFICIAIS DE JUSTIÇA		
6.1 MANDADOS DISTRIBUÍDOS E NÃO CUMPRIDOS AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA HÁ MAIS DE 30 (TRINTA) DIAS (Quantidade física): Observação CJCI: Informação prestada pessoalmente por cada Oficial de Justiça à equipe da Corregedoria de Justiça.		
OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA



Marcelo Alencar da Silva	00	-
Waldimir Pureza de Carvalho	70	11/07/2017
Cleivaldo Araújo da Silva	07	29/05/2017
Orivaldo Bararuá Solano	125	02/02/2017
Aletéia Patrícia Pacheco de Barros	10	14/06/2017
Mauro Osvaldo de Oliveira Pereira	15	19/07/2017
Michela Dantas do Nascimento	41	06/06/2017
6.2 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (x) Não Justificar: Em face da inexistência da Central de Mandados, só quem efetua o controle/cobrança dos mandados com prazos extrapolados são as Secretarias das Varas.		
6.3 MANDADOS DISTRIBUÍDOS E NÃO CUMPRIDOS HÁ MAIS DE 30/60 DIAS (SISTEMA LIBRA):		
OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RELATÓRIOS EM ANEXO		
7 UNAJ		
7.1 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL O SERVIDOR RESPONSÁVEL? (x) Sim () Não É a servidora Carla Cristina Cabral Alves		
7.2 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO: (x) Sim () Não Justificar:		
7.3 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (x) Sim () Não Justificar:		
7.4. QUANTOS PROCESSOS ESTÃO TRAMITADOS PARA UNAJ? QUAL A DATA DE CONCLUSÃO MAIS ANTIGA? 1ª Vara Cível: 00 2ª Vara Cível: 03, sendo a última tramitação - 18/08/2017 Vara Criminal: 00 Juizado Adjunto do Juizado Especial Único: 00		
8 DISTRIBUIÇÃO		
8.1 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INICIAIS/DENÚNCIAS/INQUÉRITOS/CARTA PRECATÓRIA PENDENTES DE DISTRIBUIÇÃO: 20		
8.2 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INICIAIS/DENÚNCIAS/INQUÉRITOS PENDENTES DE ENVIO PARA AS SECRETARIAS JUDICIAIS: 20		
8.3 A DISTRIBUIÇÃO FAZ USO DE CARIMBO MANUAL AO RECEBER PETIÇÃO INICIAL/DENÚNCIA/INQUÉRITO? Sim, mas apenas quando o Sistema Libra se encontra fora do ar. Tão logo o sinal seja restabelecido, o		



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA

documento é cadastrado.
8.4 COM QUE FREQUÊNCIA OS DOCUMENTOS RECEBIDOS SÃO ENCAMINHADOS PARA AS UNIDADES JUDICIARIAS RESPECTIVAS? Diariamente
8.5 QUAL O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO? De 08h às 14h
9. PROTOCOLO
9.1 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INTERMEDIÁRIAS PENDENTES DE CADASTRO NO SISTEMA LIBRA: 00
9.2 QUANTIDADE DE PETIÇÕES INTERMEDIÁRIAS PENDENTES DE ENVIO PARA A SECRETARIA: 19
9.3 O PROTOCOLO FAZ USO DE CARIMBO MANUAL AO RECEBER PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA? Sim, mas apenas quando o Sistema Libra se encontra fora do ar. Tão logo o sinal seja restabelecido, o documento é cadastrado.
9.4 COM QUE FREQUÊNCIA OS DOCUMENTOS RECEBIDOS/PROTOCOLADOS SÃO ENCAMINHADOS PARA AS UNIDADES JUDICIARIAS RESPECTIVAS? Diariamente.
9.5 QUAL O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO PROTOCOLO? De 08h às 18h
10 ARQUIVO
10.1 QUEM É O RESPONSÁVEL PELO SETOR DE ARQUIVO? Prejudicado, em razão de cada unidade judiciária possuir o próprio arquivo, que funciona em sala separada, sendo o Diretor de Secretaria o responsável pelo mesmo.
10.2. ONDE FUNCIONA O SETOR DE ARQUIVO? Em 04 (quatro) salas localizadas no interior do Fórum da Comarca de Abaetetuba, sendo 01 (uma) sala para cada unidade judiciária, quais sejam 1ª e 2ª Varas Cíveis, Vara Criminal e Juizado Especial Cível e Criminal de Abaetetuba.
10.3. COMO OS PROCESSOS ARQUIVADOS ENCONTRAM-SE ACONDICIONADOS? Os arquivos da 1ª Vara Cível e da Vara Criminal encontram-se desorganizados, com processos acondicionados de forma precária em caixas-arquivo, sem identificação adequada para otimizar a procura de autos, caso seja necessário, conforme fotos que se juntam aos autos. Os processos localizados nos arquivos da 2ª Vara Cível e no Juizado Especial Cível e Criminal possuem uma certa organização. Observação CJCI: Há necessidade de reorganização dos arquivos das unidades judiciárias.
10.4. SÃO GUARDADOS OUTROS OBJETOS NO REFERIDO SETOR? EM CASO POSITIVO, QUAIS? 1ª Vara Cível: Sim, foram localizados diversos bens apreendidos, tais como DVD pirata, balança, 04



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA



(quatro) aparelhos celulares, 90 (noventa) armas brancas, 08 (oito) simulacros, 03 (três) armas artesanais, 10 (dez) armas de fogo, a quantia em dinheiro de R\$ 12,00 (doze reais), além de drogas e provas de processos penais de crimes sexuais, conforme fotos em anexo.

2ª Vara Cível: Sim, foram localizados diversos bens apreendidos, além de material de expediente e diversas caixas-arquivo novas, sem utilização.

Vara Criminal: Sim, verificou-se a existência de armas de fogo e brancas

Juizado Especial Cível e Criminal: Sim, foram localizadas 34 (trinta e quatro) armas brancas, 31 (trinta e uma) armas de fogo, 07 (sete) simulacros e 04 (quatro) balas, além de diversos aparelhos de som, conforme fotos em anexo.

Observação CJCI:

1. Grande parte dos objetos localizados na 1ª e 2ª Varas Cíveis e no Juizado Especial Cível e Criminal no interior dos arquivos estão precariamente identificados e não possuem qualquer cadastro no Sistema Libra e no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça.
2. Observou-se que os arquivos das unidades fazem as vezes de depósito.

10.5 OS AUTOS TRAMITADOS PARA O SETOR DE ARQUIVO SÃO RECEBIDOS NO SISTEMA LIBRA?

Justificar:

Não, em face da ausência de lotação de servidores nos mesmos.

10.6. LIMPEZA E HIGIENE:

() Bom (X) Regular () Ruim

Justificar:

Não há limpeza nos setores de arquivo da 1ª, 2ª Varas Cíveis e nem da Vara Criminal.

Na sala do arquivo de Juizado as condições de limpeza são um pouco melhores.

Os ambientes são insalubres, considerando que os objetos se encontram acondicionados de forma errada.

11. CONTADORIA

11.1 EXISTE CONTADORIA NA COMARCA? EM CASO POSITIVO, QUAL O SERVIDOR RESPONSÁVEL?

(X) Sim () Não

Responsável: A servidora responsável pelo referido setor é Suely Yumi Dohara

11.2 A COMARCA É PÓLO DE OUTRAS? EM CASO POSITIVO, QUAIS?

Sim, o setor de Contadoria da Comarca de Abaetetuba também recebe processos das Comarcas de Igarapé-Miri, Moju e Barcarena.

11.2 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS A ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO E/OU OUTROS CÁLCULOS:

(X) Sim () Não

Justificar: O magistrado determina a realização do cálculo e encaminha os autos a Contadoria que junta a planilha nos autos e devolve à secretaria competente.

11.3 QUANTOS PROCESSOS FÍSICOS EXISTEM NA CONTADORIA AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL? QUAL A DATA DE CONCLUSÃO MAIS ANTIGA?

Não há processos no referido Setor aguardando cumprimento de determinação judicial, seja da Comarca de Abaetetuba ou das outras pertencentes ao Pólo, estando o referido setor completamente



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA

saneado.
11.4 OS AUTOS TRAMITADOS PARA A CONTADORIA SÃO RECEBIDOS NO SISTEMA LIBRA? Sim
11.5 PARA O CÁLCULO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SÃO OBSERVADOS OS PARÂMETROS DETERMINADOS NA PORTARIA CONJUNTA Nº 004/2013-GP-CRMB-CJCI? Sim
12. SETOR SOCIAL/PSICOSSOCIAL
12.1 EXISTE SETOR SOCIAL/PSICOSSOCIAL NA COMARCA? QUAL O SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não
12.2 A COMARCA É PÓLO DE OUTRAS? EM CASO POSITIVO, QUAIS? Sim, o Setor de Psicossocial da Comarca de Abaetetuba também recebe processos das Comarcas de Igarapé-Miri, Moju e Barcarena.
12.3 QUANTOS PROCESSOS FÍSICOS EXISTEM NO SETOR SOCIAL/PSICOSSOCIAL AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL? QUAL A DATA DE CONCLUSÃO MAIS ANTIGA? Existem 88 (oitenta e oito) processos das unidades judiciais da Comarca de Abaetetuba, sendo 60 (sessenta) oriundos da 1ª Vara Cível e 28 (vinte e oito) da 2ª Vara Cível, além de 80 (oitenta) feitos da Comarca de Moju e 14 (quatorze) da Comarca de Igarapé-Miri, perfazendo um total de 182 (cento e oitenta e dois) processos.
12.4 TODOS OS PROCESSOS REMETIDOS PARA O SETOR SOCIAL/PSICOSSOCIAL JÁ ESTÃO DEVIDAMENTE DISTRIBUÍDOS ENTRE OS SERVIDORES ALI LOTADOS PARA A CONFEÇÃO DE ESTUDO, PARECER, RELATÓRIO OU LAUDO SOCIAL? Não, foi verificado a existência de 69 (sessenta e nove) processos pendentes de distribuição entre os servidores do referido setor, sendo 40 (quarenta) da Comarca de Abaetetuba e 09 (vinte e nove) da Comarca de Moju. Justificativa: Há necessidade do envio de uma equipe técnica para a Comarca de Moju considerando que a demanda ali existente, a enorme extensão territorial e a dificuldade de transporte na mencionada Comarca, circunstância que faz com que os profissionais lotados no Setor Psicossocial precisem utilizar seu próprio veículo para efetuar o deslocamento com uso de suprimento de fundos.
12.5 A COMARCA POSSUI SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL? Os servidores do Setor Psicossocial informaram que os depoimentos de crianças e adolescentes vítimas de violência são tomados em espaço reservado e separado aos fundos da sala onde funciona o referido setor. Observação: Três servidores estão capacitados para a colheita de vítimas menores, sendo eles: Nayra Cristine Alves de Carvalho (Psicóloga), Silvana Santos Azevedo (Pedagoga) e Raimunda do Socorro Ferreira da Silva (Assistente Social). Considerações CJCI: A despeito do informado pelos servidores do referido Setor, a Presidência do TJEPa através do PA-MEM-2017/22850, informou a esta Corregedoria de Justiça que a sala de depoimento especial da Comarca de Abaetetuba já se encontra devidamente instalada, inclusive com o envio dos equipamentos necessários para tal procedimento.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA



12.6 A COMARCA EFETUA A JUSTIÇA RESTAURATIVA? EM CASO POSITIVO, DESCREVER OS RESULTADOS ALCANÇADOS.

Sim, os servidores Vanessa Cristina Souza da Silva (Assistente Social) e Marcel Espírito Santo Carvalho Lobato (Pedagogo) estão capacitados para a referida prática. Necessário informar ainda que, dos 18 (dezoito) casos em que se efetuou a Justiça Restaurativa, apenas 01 (um) reincidiu.

12.7 OS AUTOS TRAMITADOS PARA O SETOR SOCIAL SÃO RECEBIDOS NO SISTEMA LIBRA?

Sim

13 CONSIDERAÇÕES DOS SETORES

Secretaria do Fórum:

- 1) Esta Comarca precisa de um motorista, para auxiliar os técnicos do Setor Multidisciplinar quando da realização dos estudos dos casos; para entregar processos e/ou outros expedientes na Defensoria Pública, Ministério Público e outros órgãos.
- 2) O prédio não possui acesso, nem banheiro, adequados para deficientes físicos se/ou cadeirantes.
- 3) A residência oficial dos magistrados encontra-se totalmente abandonada e sem condições de uso.
- 4) Os aparelhos de ar condicionados existentes nos gabinetes da 1ª e 2ª Varas Cíveis e Empresariais não estão adequados aos ambientes, tendo a direção já solicitado a instalação de mais um aparelho nos locais (PA-OFI-2017/01526).
- 5) A Direção do Fórum solicitou a criação da Vara de Execução Penal (PA-OFI-2017/01454).

Os demais setores não teceram considerações.

14 CORREGEDORIA DO INTERIOR

DIREÇÃO E SECRETARIA DO FÓRUM

A Comarca de Abaetetuba integra 3ª Região Judiciária e é considerada de médio porte em razão do volume crescente da demanda processual.

O Fórum de Abaetetuba funciona em prédio localizado na Av. Dom Pedro II, nº 1177, bairro da Aviação.

A Secretaria do Fórum não possui informação acerca da situação jurídica do imóvel.

A Juíza Diretora do Fórum é Dra. Dra. Carla Sodré da Mota Dessimoni, Juíza Titular da Vara Criminal.

A Secretaria do Fórum funciona na mesma sala da Unidade de Arrecadação Judicial.

A secretária do Fórum é a servidora Carla Cristina Cabral Alves, que também é chefe da UNAJ.

Apesar do prédio do Fórum encontrar-se em bom estado de conservação e possuir boas condições estruturais, observou-se que o espaço físico do mesmo não é suficiente e nem proporcional



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA

à demanda existente na Comarca de Abaetetuba.

As dependências do Fórum são limpas, sendo o serviço realizado por 04 (quatro) servidores cedidos da Prefeitura Municipal de Abaetetuba.

A segurança do Fórum é realizada pela Empresa Pólo, com 04 (quatro) vigias que se revezam em turnos de 36h (trinta e seis horas), sendo 02 (dois) por turno, além de 02 (dois) Policiais Militares que também efetuam turnos de revezamento (08 às 14h e 14h às 19h). Necessário ressaltar ainda, que o prédio possui sistema de alarme.

Verificou-se que os banheiros públicos da Comarca não possuem acessibilidade necessária para utilização por portadores de deficiência física, uma vez que as portas dos mesmos dificultam de sobremaneira o seu acesso.

Em que pese a Comarca possua 04 (quatro) veículos, sendo 02 (dois) automóveis e 02 (duas) motocicletas, todos em bom estado de conservação, há necessidade do envio de 01 (uma) motocicleta, em razão das ali existentes serem antigas (anos 2005 e 2006) e não serem adequadas ao cumprimento de mandados em área rurais de difícil acesso no período chuvoso.

Foram localizados 66 (sessenta e seis) motos no pátio do Fórum, todas objeto de apreensão em processos judiciais, sem identificação e expostas à ação do tempo.

A residência oficial fica localizada na Av. Pedro Rodrigues, nº 251, esquina com a Rua Siqueira Mendes, nesta cidade, e encontra-se fechada e sem uso, ante a falta de condições de moradia.

Em face de tal circunstância, uma solução para a problemática de espaço físico nas dependências do Fórum, seria a destinação da residência oficial para ser utilizada como arquivo e depósito da Comarca de Abaetetuba, fato que ensejaria a liberação das 04 (quatro) salas ocupadas para as retro mencionadas finalidades, no interior do Fórum.

O Fórum possui 01 (um) técnico de informática, terceirizado da Empresa Montreal, que presta auxílio constante a Magistrados e servidores.

Constatou-se também a necessidade de realização de curso de aperfeiçoamento em Processo Judicial Eletrônico, que já se encontra implantado e em uso na Comarca de Abaetetuba, em face das dúvidas existentes quanto a determinados procedimentos a serem adotados, e frequentemente relatados pela unanimidade dos servidores.

Durante a correição, foi verificado pela equipe da Corregedoria do Interior que nenhuma secretaria judicial possui bebedouro, fato que obriga os servidores a deslocarem-se até a copa toda vez que precisam beber água.

Quanto a Secretaria do Fórum, observou-se que os documentos e pastas encontram-se organizados e acondicionados em locais adequados, fato que demonstra o excelente trabalho realizado pela servidora ali lotada.

Por fim, necessário apontar também que foram apresentados pleitos pela Direção do Fórum que não se encontram na esfera de atribuições acometidas ao Órgão Censor, tais como a designação de servidor, criação de uma vara privativa para os feitos de execução penal e solicitação de 02 (dois) aparelhos de ar condicionado, questões que deverão ser encaminhadas respectivamente à Presidência desta E. Corte, à Comissão de Organização Judiciária e à Secretaria de Administração para análise.



RECOMENDAÇÃO:

1. Recomenda-se aos Magistrados das unidades judiciárias e do juizado especial cível e criminal adjunto da Comarca de Abaetetuba, que os veículos apreendidos sejam devidamente identificados e vinculados aos feitos de origem, tanto no Sistema Libra, como no CNJ, antes de serem alocados no pátio do Fórum da Comarca, bem como que deem cumprimento ao disposto no Provimento nº 003/2017-CJCI.

PROVIDÊNCIA A SEREM ADOTADAS PELA CJCI:

1. Expedir ofício à Presidência, Secretaria de Administração e Secretaria de Engenharia e Arquitetura, com cópia deste relatório, para tomar conhecimento dos pontos relativos à sua respectiva esfera de atribuição e, na medida do possível, adotar as providências que entender necessárias e adequadas, sobretudo em relação:

a) a falta de espaço para o regular funcionamento das secretarias judiciais, juizado especial adjunto e unidades administrativas;

b) a dificuldade de acesso de pessoas portadoras de deficiência física aos banheiros do Fórum de Abaetetuba;

c) a possível reforma na residência oficial, com posterior destinação do referido imóvel para abrigar o setor de arquivo e depósito da Comarca de Abaetetuba, circunstância que ensejaria a liberação de 04 (quatro) salas ocupadas pelos referidos setores no prédio do Fórum;

d) a necessidade do envio de 01 (uma) motocicleta para a Comarca de Abaetetuba em razão das ali existentes serem muito antigas e inviabilizarem o cumprimento de expedientes em área rural no período chuvoso;

e) a necessidade de envio de bebedouros às secretarias das unidades judiciárias, bem como ao juizado especial cível e criminal adjunto.

f) a designação de 01 (um) motorista para auxiliar nos serviços da Comarca de Abaetetuba, conforme solicitado pela Direção do Fórum;

g) ao envio de 02 (dois) aparelhos de ar condicionado para os gabinetes da 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Abaetetuba.

2. Expedir ofício à Secretaria de Informática para que providencie, na medida do possível:

a) treinamento para adequado manuseio do Processo Judicial Eletrônico aos servidores da Comarca de Abaetetuba;

b) promova a instalação do equipamento audiovisual localizado na Sala de Depoimento Especial da Comarca de Abaetetuba, a fim de que esta atenda a finalidade para a qual foi criada.

3. Expedir ofício à Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assunto Administrativos e Legislativos, encaminhando cópia do presente relatório, para que avalie a necessidade e oportunidade de criação da Vara de Execução Penal na Comarca de Abaetetuba.

UNIDADE DE ARRECADAÇÃO JUDICÁRIA (UNAJ)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA

A Comarca de Abaetetuba possui UNAJ e a chefe do referido setor é a servidora Carla Cristina Cabral Alves, que também faz as vezes de Secretaria do Fórum.

A UNAJ divide 01 (uma) sala com a Secretaria do Fórum.

No momento da correição foram localizados apenas 03 (três) processos físicos na referida unidade, todos da 2ª Vara Cível, sendo a data de conclusão mais antiga 18/08/2017

Verificou-se que tanto o ambiente físico, quanto os armários da unidade encontram-se em excelente estado de organização.

Observou-se ainda, que são juntados o boleto, o relatório e a conta do processo nos autos encaminhados a UNAJ, bem como que é realizada a apuração de custas finais antes da prolação de sentenças, desde que as secretarias das unidades judiciárias encaminham os autos a referida unidade.

As atividades da unidade encontram-se praticamente saneadas, o que demonstra o excelente trabalho realizado pela servidora ali lotada.

CONTADORIA

A responsável pelo setor de contadoria é a servidora Suely Yumi Dohara.

O setor de contadoria é pólo e recebe feitos das Comarcas de Igarapé-Miri, Moju e Barcarena.

Durante a correição verificou-se que tanto o espaço físico, quanto os armários do referido setor encontram-se em excelente estado de organização.

Observou-se ainda, a inexistência de autos físicos pendentes de cumprimento de decisão judicial.

A servidora informou que observa os parâmetros determinados na Portaria Conjunta nº 004/2013-CRMB-CJCI para cumprimento de decisões judiciais,

As atividades da unidade encontram-se completamente saneadas, o que demonstra o excelente trabalho realizado pela servidora ali lotada, razão pela qual esta Corregedoria deixa emitir quaisquer recomendações.

OFICIAIS DE JUSTIÇA

A Comarca de Abaetetuba possui 07 (sete) Oficiais de Justiça.

Em que pese o número de meirinhos lotados na Comarca de Abaetetuba, observou-se que a mesma não possui central de mandados, sendo os expedientes remetidos aos Oficiais de Justiça distribuídos diretamente pelos servidores de cada secretaria responsável pela confecção do respectivo documento.

Verificou-se ainda a existência de 231 (duzentos e trinta e um) mandados físicos distribuídos e não cumpridos aos oficiais de justiça no prazo de 30/60 dias, em que pese no Sistema Libra conste o número de 365 (trezentos e sessenta e cinco), vários dos anos de 2015 e 2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA



Em consulta ao Sistema Libra, constatou-se ainda uma grande quantidade de mandados pendentes de devolução pelos servidores Valdo Miguel Matos Lobato e Waldo Pinto Pinheiro, à época em que os mesmos desempenhavam a função de Oficial de Justiça ad hoc, relativos aos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

Em conversa com a equipe da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, os Oficiais de Justiça relataram que frequentemente recebem, das secretarias da Varas, mandados de intimação para cumprimento apenas na semana em que a audiência foi designada, fato que gera transtorno e desordem no cumprimento dos demais expedientes.

RECOMENDAÇÃO A JUÍZA DIRETORA DA COMARCA DE ABAETETUBA:

1. Adotar as providências necessárias à criação da Central de Mandados no Fórum de Abaetetuba.

RECOMENDAÇÃO AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA:

1. Proceder o cumprimento e devolução dos mandados que se encontram em sua posse além do prazo legal, inclusive com a respectiva baixa nos Sistemas do TJEPa.

RECOMENDAÇÃO AOS DIRETORES DE SECRETARIA DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS E DO JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO:

1. Dar cumprimento aos incisos III e IV do Provimento Conjunto nº 002/2015-CJRMB/CJCI, no sentido de evitar o encaminhamento de mandados para cumprimento pelos Oficiais de Justiça fora dos prazos legais.

SETOR SOCIAL/PSICOSSOCIAL

A Comarca de Abaetetuba possui equipe multidisciplinar composta de 01 (um) psicólogo, 02 (dois) assistentes sociais e 02 (dois) pedagogos, todos analistas judiciários do quadro efetivo do TJEPa.

O Setor de Psicossocial da Comarca de Abaetetuba é polo e também recebe processos das Comarcas de Igarapé-Miri, Moju e Barcarena.

A equipe multidisciplinar é responsável pela elaboração de relatórios técnicos, em cumprimento à determinação judicial, mas o acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas de violência é realizado pelo CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social).

No momento da correição, a equipe da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior localizou de 182 (cento e oitenta e dois) processos físicos pendentes de cumprimento de decisão judicial no referido setor, sendo 80 (oitenta) da Comarca de Moju, 14 (quatorze) da Comarca de Igarapé-miri e 88 (oitenta e oito) da Comarca de Abaetetuba, dos quais 60 (sessenta) são oriundos da 1ª Vara Cível e 28 (vinte e oito) da 2ª Vara Cível.

Observou ainda, a existência de 69 (sessenta e nove) processos pendentes de distribuição entre os servidores do referido setor, sendo 40 (quarenta) da Comarca de Abaetetuba e 09 (vinte e nove) da Comarca de Moju.

Os servidores relataram a necessidade de envio de 01 (uma) equipe multidisciplinar para a



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA

Comarca de Moju considerando que a demanda ali existente, a enorme extensão territorial e a dificuldade de transporte na mencionada Comarca, faz com que os profissionais lotados no Setor Psicossocial precisem utilizar o próprio veículo para efetuar os deslocamentos necessários, com uso de suprimento de fundos.

Verificou-se ainda que a Comarca de Abaetetuba efetua a colheita de depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas em processos judiciais, e que tal procedimento é realizado em espaço reservado e separado, localizado nos fundos da sala ocupada pelo referido setor.

Necessário esclarecer que, os servidores Nayra Cristine Alves de Carvalho (Psicóloga), Silvana Santos Azevedo (Pedagoga) e Raimunda do Socorro Ferreira da Silva (Assistente Social) são capacitados para efetuar a colheita de depoimentos de vítimas menores.

Em visita as instalações do Fórum, a equipe da Corregedoria de Justiça observou a existência de 01 (uma) sala vazia, fechada e sem qualquer utilização, contendo em seu interior apenas 01 (uma) mesa e equipamento áudio visual, que segundo informações concedidas pela Secretária do Fórum seriam para realização de audiências de réus presos através de videoconferência, mas que se encontram sem utilização em face das penitenciárias ainda não possuírem a mencionada tecnologia.

Ocorre que, a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, através do PA-MEM-2017/22850, que encaminhou o Relatório de ações promovidas pela Coordenadora Especial da Infância e Juventude para atendimento da Resolução nº 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça, tomou conhecimento que a sala anteriormente mencionada, na verdade, tratava-se de local destinado a escuta especializada e depoimento especial a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas em processos judiciais.

Logo, em que pese os servidores do setor adotem o procedimento correto, com a tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de processos judiciais em local reservado e separado, constatou-se que a sala destinada para a referida finalidade não apenas se encontra sem utilização, como o equipamento audiovisual ali alocado está desinstalado.

No mais, a Comarca de Abaetetuba já está colocando em prática a justiça restaurativa e possui equipe capacitada para tanto, composta pelos servidores Vanessa Cristina Souza da Silva (Assistente Social) e Marcel Espírito Santo Carvalho Lobato (Pedagogo), que informaram a obtenção de resultados promissores acerca da aplicação da referida prática, considerando que dos 18 (dezoito) casos atendidos, apenas 01 (um) reincidiu.

RECOMENDAÇÃO:

1. Dar cumprimento as 182 (oitenta e dois) decisões judiciais que se pendentes da referida providência;
2. Proceder a imediata distribuição dos 69 (sessenta e nove) processos que se encontram pendentes da referida providência, com posterior elaboração de relatório técnico;
3. Fazer uso da sala de depoimento especial existente no Fórum de Abaetetuba, inclusive com utilização do equipamento audiovisual que ali acondicionado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA



PROVIDÊNCIA A SEREM ADOTADAS PELA CJCI:

1. Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração e Secretaria de Engenharia e Arquitetura, com cópia deste relatório, para tomar conhecimento dos pontos relativos à sua respectiva esfera de atribuição e, na medida do possível, adotar as providências que entender necessárias e adequadas, sobretudo em relação a designação de 01 (uma) equipe multidisciplinar para a Comarca de Moju.

2. Oficiar a Secretaria de Informática para que providencie, na medida do possível:

- a) promova a instalação do equipamento audiovisual localizado na Sala de Depoimento Especial da Comarca de Abaetetuba, a fim de que esta atenda a finalidade para a qual foi criada.;
- b) proceda o conserto ou substituição da impressora do setor social;
- c) providencie a instalação de mais 01 (um) ponto de rede no setor social.

DISTRIBUIÇÃO

A distribuição funciona de 8h às 14h.

Os servidores Graciete do Socorro Bararua Solano, Manoel do Socorro Pinheiro dos Santos e Rodrigo Ribeiro Lobato encontram-se lotados no referido setor.

Durante a correição no referido setor foram localizadas 20 (vinte) petições iniciais pendentes de distribuição e 20 (vinte) petições iniciais distribuídas, mas pendentes de encaminhamento às respectivas secretarias, sob a justificativa de que se tratavam de ações relativas ao acidente de navio que afundou com centenas bois em Barcarena, movidas em face das Empresas Global Agência Marítima Ltda, Norte Trading Operadora Portuária Ltda e Minerva S/A, e que por serem muito volumosas, as secretarias das unidades judiciárias não possuíam espaço físico para acondicioná-las.

Em conversa com os servidores do setor, estes admitiram a utilização de carimbo manual para recebimento das iniciais ali apresentadas, contudo esclareceram que tais circunstâncias ocorrem apenas excepcionalmente e quando o Sistema Libra se encontra fora do ar, mas ressaltando que tão logo seja restabelecido o funcionamento do mesmo, àquelas são devidamente cadastrados na mencionada plataforma processual.

Verificou-se ainda que os expedientes recebidos na Distribuição são encaminhados diariamente as respectivas secretarias judiciais.

Por fim, observou-se que os servidores lotados na referida unidade trabalham com o zelo e responsabilidade exigidos às suas atribuições mantendo tanto o ambiente físico, quanto os armários em bom estado de organização.

RECOMENDAÇÕES:

1. Efetuar a distribuição das 20 (vinte) petições iniciais que se encontram pendentes da referida providência, com posterior encaminhamento as respectivas secretarias;
2. Encaminhar as 20 (vinte) petições iniciais distribuídas e devidamente cadastradas no Sistema Libra, relativas ao acidente com navio ocorrido na Comarca de Abaetetuba, às respectivas



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA

unidades judiciárias.

3. Evitar a utilização de carimbo manual no recebimento de petições iniciais, denúncias, inquéritos e cartas precatórias, com realização de cadastramento imediato nos sistemas do TJEPA.

PROTOCOLO

O setor de protocolo funciona de 08h às 18h.

Os servidores Maria de Nazaré Costa de Andrade e João Carlos Lima Mourão trabalham de 08h às 14h, e o servidor Valdo Miguel Matos Lobato de 14h às 18h.

No momento da correição verificou-se que o setor de protocolo se encontrava completamente saneado existindo apenas 19 (dezenove) petições intermediárias pendentes de encaminhamento as secretarias respectivas, todas devidamente cadastradas no Sistema Libra, em razão de terem sido protocoladas após as 14h (quatorze horas).

Em conversa com os servidores do setor, estes admitiram a utilização de carimbo manual quando do recebimento de expedientes ali apresentados, contudo esclareceram que tais circunstâncias ocorrem apenas excepcionalmente e quando o Sistema Libra se encontra fora do ar, mas ressaltando que tão logo seja restabelecido o funcionamento do mesmo, os protocolos são devidamente cadastrados na mencionada plataforma processual.

Observou-se ainda que os expedientes recebidos no Protocolo são encaminhados diariamente aos respectivos setores.

A equipe da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior localizou no interior em 01 (um) dos armários do setor de protocolo um lote contendo vários mandados, distribuídos ao servidor Valdo Miguel Matos Lobato, à época em que o mesmo desempenhava a função de Oficial de Justiça Ad hoc, e que não foram devolvidos às secretarias respectivas quando da cessação dos efeitos de sua designação, conforme cópias em anexo.

Ao prestar esclarecimento a equipe Corregedoria do Interior acerca de tais fatos, o servidor Valdo Miguel Matos Lobato relatou que não tinha conhecimento da obrigatoriedade de devolução dos retro mencionados expedientes as unidades de origem, e que possuía outros iguais em sua residência, oportunidade em que foi orientado a devolver todos os mandados que estivesse em sua posse imediatamente, inclusive com baixa no Sistema Libra, sob pena de ser responsabilizado por cometimento de falta funcional.

Com exceção deste fato isolado, que não possui relação com o serviço desempenhado no setor de protocolo, observou-se que os servidores lotados na referida unidade trabalham com o zelo e responsabilidade exigidos às suas atribuições mantendo tanto o ambiente físico, quanto os armários em excelente estado de organização.

RECOMENDAÇÃO AO SETOR DE PROTOCOLO:

1. Encaminhar as 19 (dezenove) petições intermediárias localizadas no Protocolo aos respectivos setores.

RECOMENDAÇÃO AO SERVIDOR VALDO MIGUEL MATOS LOBATO, LOTADO NO SETOR DE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA



PROTOCOLO:

1. Proceder a devolução de todos os mandados judiciais que se encontrem em sua posse, tanto os localizados no setor de protocolo, quando os que possui em sua residência, efetuando a respectiva baixa no Sistema, com posterior comunicação a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ser responsabilizado por cometimento de falta funcional.

RECOMENDAÇÃO AOS DIRETORES DE SECRETARIA DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS:

1. Proceder a redistribuição dos mandados devolvidos pelo servidor Valdo Miguel Matos Lobato e/ou proceder o desentranhamento dos expedientes não devolvidos pelo mesmo, com posterior redistribuição, mas sem confecção de novo documento, a fim de evitar informações divergentes nos sistemas do TJEPA.

ARQUIVO

Durante a correição realizada na Comarca de Abaetetuba verificou-se que cada unidade judiciária possui o seu próprio setor de arquivo, ou seja, 04 (quatro) salas do Fórum são destinadas aos arquivos da 1ª e 2ª Varas Cíveis, da Vara Criminal e do Juizado Especial Cível e Criminal Adjunto.

Os responsáveis pelos referidos setores são os Diretores de Secretaria das respectivas unidades.

Em visitas as retro mencionadas unidades, a equipe da Corregedoria de Justiça observou:

ARQUIVO DA 1ª VARA CÍVEL

Os processos encontram-se acondicionados de forma precária, em caixas arquivo sem identificação adequada para otimizar a procura de autos, caso seja necessário.

O espaço físico é insalubre, sujo e completamente desorganizado.

Verificou-se que a unidade condiciona além de processos, inúmeros bens apreendidos, tendo sido localizado pela equipe da Corregedoria do Interior diversos DVDS piratas, balança, 04 (quatro) aparelhos celulares, 90 (noventa) armas brancas, 08 (oito) simulacros, 03 (três) armas artesanais, 10 (dez) armas de fogo, a quantia em dinheiro de R\$ 12,00 (doze reais), além de drogas e provas de processos penais de crimes sexuais, alguns sem qualquer identificação e precariamente acondicionados dentro de 01 (uma) grande caixa de papelão, conforme fotos em anexo.

Observou-se ainda que os objetos encontrados no referido setor se encontravam sem qualquer cadastro no Sistema Libra ou no Sistema Nacional de Bens Apreendidos, do Conselho Nacional de Justiça.

ARQUIVO DA 2ª VARA CÍVEL

Os processos encontram-se acondicionados em caixas arquivo identificadas e que possuem uma certa organização.

O espaço físico é insalubre, sujo e há necessidade de uma melhor organização no mesmo.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA

Verificou-se ainda que a unidade judiciária acondiciona além de processos, diversos bens apreendidos, alguns sem identificação e nenhum registro no Sistema Libra e/ou no Sistema Nacional de Bens Apreendidos, do Conselho Nacional de Justiça, bem como materiais de expediente novos.

ARQUIVO DA VARA CRIMINAL

Os processos encontram-se acondicionados de forma precária, em caixas arquivo sem identificação necessária a otimizar a procura de autos, caso seja necessário.

O espaço físico é insalubre, sujo e completamente desorganizado, tornando inviável a permanência de qualquer servidor, por período prolongado de tempo, no referido setor, sem que haja comprometimento de sua saúde.

Verificou-se ainda, que a unidade judiciária acondiciona além de processos, diversos bens apreendidos, tais como armas de fogo e brancas, muitas sem identificação ou qualquer registro no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça, e que não puderam ser contabilizadas em face da impossibilidade de manutenção dos servidores da corregedoria na mencionada unidade.

ARQUIVO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ADJUNTO

Os processos acondicionados no arquivo do Juizado Especial Cível e Criminal Adjunto possuem uma certa organização.

Apesar do espaço físico ser, em comparação com os arquivos das demais unidades da Comarca, relativamente limpo, em razão do Juizado Especial possuir muitos processos virtuais, há necessidade de melhor organização dos feitos antigos que se encontram no referido setor.

Verificou-se ainda que a unidade judiciária acondiciona além de processos físicos, diversos bens apreendidos, muitos sem identificação ou qualquer registro no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça e Sistema Libra.

Foram localizadas no arquivo do Juizado Especial Cível e Criminal Adjunto: 34 (trinta e quatro) armas brancas, 31 (trinta e uma) armas de fogo, 07 (sete) simulacros e 04 (quatro) balas, além de diversos aparelhos de som, conforme fotos em anexo.

RECOMENDAÇÃO PARA OS DIRETORES DE SECRETARIA DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS E DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ADJUNTO:

1. Proceder a organização do setor de arquivo das suas unidades judiciárias respectivas, separando os processos dos bens apreendidos, a fim de que os servidores possam transitar com facilidade no interior das salas;
2. Proceder a correta identificação tanto dos bens apreendidos, quanto das caixas-arquivo que acondicionam processos;
3. Efetuar o cadastramento de todos os objetos apreendidos no Sistema Libra e no Sistema Nacional de Bens Apreendidos, do Conselho Nacional de Justiça;
4. Efetuar o depósito em subconta judicial das quantias em dinheiro que se encontram apreendidas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, OFICIAIS DE JUSTIÇA, DISTRIBUIÇÃO, PROTOCOLO E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE ABAETETUBA



5. Retirar do setor de arquivo as provas de crimes em processos judiciais e acondicioná-las em local adequado;

RECOMENDAÇÃO AOS MAGISTRADOS DA UNIDADES JUDICIÁRIAS E DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ADJUNTO

1. Elaborar, em conjunto com o Diretor de Secretaria, plano de trabalho com o objetivo de proceder a adequada organização do setor de arquivo das respectivas unidades;

2. Supervisionar, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, as condições em que encontra o setor de arquivo das respectivas unidades judiciárias, bem como verificar se objetos ali acondicionados se encontram devidamente identificados e cadastrados nos sistemas do TJEPA e no CNJ;

3. Dar cumprimento ao Provimento nº 03/2017-CJCI.

Abaetetuba-PA, 21/08/2017.



**VISITA AO
CENTRO
REGIONAL DE
RECUPERAÇÃO
DE ABAETETUBA**



VISITA AO CENTRO REGIONAL DE RECUPERAÇÃO DE ABAETETUBA – CRRA

1. **Diretor:** Marco Antônio Reis da Costa
2. **Gerente de Segurança:** Alisson Luciano Feio de Lima
3. **Gerente Administrativo:** Não tem (transferido)
4. **Capacidade:** 120 (cento e vinte) presos, sendo todos do sexo masculino
5. **Lotação atual:** 316 (trezentos e dezesseis) presos, sendo todos do sexo masculino
Regime fechado: 252 (duzentos e cinquenta e dois)
Regime semiaberto: 64 (sessenta e quatro)
6. **Presos Provisórios:** 137 (cento e trinta e sete)
7. **Presos Condenados:** 179 (cento e setenta e nove)
8. **Medida de Segurança:** 0 (Hospital de Custódia da Capital)
9. **Quantidade de Alas:** 3 (três) (A, B e C), possuindo ao todo 26 (vinte e seis) celas, sendo 25 (vinte e cinco) para moradia e 01 (uma) para trânsito.
10. **Quantidade de servidores:** 60 (sessenta)
Agentes prisionais: 34 (trinta e quatro)
Psicólogos: 01 (um)
Motorista: 03 (três)
Enfermeiro: 01 (quatro)
Odontólogo: 0
Cargos diretivos: 02 (dois)
Técnico de Enfermagem: 03 (três)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Advogado: 0

Pedagogo: 01 (um)

Agente de portaria: 2 (dois)

11. Internet: (x) Sim () Não – e-mail: crrab@webmail.susipe.pa.gov.br

12. Telefone: (x) Sim () Não – (91) 3601-2061/ (91) 98869-6322/ (91) 98196-1774

13. Fax: (x) Sim () Não (tem multifuncional)

14. Parlatório (Atendimento OAB): (x) Sim () Não (02 salas)

15. Sala para audiências: () Sim (x) Não

16. Refeitório: (x) Sim () Não

17. Ambulatório/Enfermaria: (x) Sim () Não

Não há celas para presos doentes, mas existe um projeto de implementação

18. Banho de sol (x) Sim () Não

O banho de sol é diário e possui duração de 02 (duas) horas por dia

Há revezamento entre as alas para que não saiam todas juntas.

19. Visitas: Sim, as visitas ocorrem aos finais de semana (sábados e domingo), se 08h às 16h.

Às sextas-feiras ocorrem as visitas das crianças, das 09h às 13h.

20. Farmácia: (x) Sim () Não

Obs: é no mesmo espaço do ambulatório

21. Carros funcionais: existem 03 (três) carros funcionais, sendo 02 (dois) para cada cela e 01 (um) para funcionamento administrativo



22. Visita Carcerária pelo MP: (x) Sim () Não

Existe livro de frequência na secretaria.

O representante do Ministério Público realiza visita mensalmente na Delegacia de Polícia, tendo a última ocorrido em 09/08/017.

A última visita do membro da Defensoria Pública à instituição ocorreu em 08/06/2017.

23. Visita Carcerária pelo Juiz da Execução: (x) Sim () Não

A Magistrada da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba visita o presídio mensalmente.

24. Atendimento Jurídico:

Sim, houve mutirão realizado pela SUSIPE, com a presença de 03 (três) advogados.

Observações da equipe:

O Centro Regional de Recuperação de Abaetetuba tem capacidade para abrigar 120 (cento e vinte) presos, no entanto a lotação atual é de 316 (trezentos e dezesseis), dos quais cerca de 137 (cento e trinta e sete) são presos provisórios e 179 (cento e setenta e nove) condenados.

O CRRA possui presos cumprindo pena tanto no regime fechado, quanto no semiaberto.

Necessário ressaltar que a referida unidade está em ampliação, a fim de que possa abrigar fisicamente 306 (trezentos e seis) presos e não terá ligação com o atual prédio.

Haverá também a criação de nova Central de Triagem com capacidade para receber cerca de 400 (quatrocentos) presos.

O CRRA possui 03 (três) alas (A, B e C), com um total de 26 (vinte e seis) celas, das quais 25 (vinte e cinco) são para moradia e 01 (uma) para trânsito, as quais são dispostas em octógono.

Observou-se que há 01 (uma) única entrada para as celas, mas a obra que está sendo realizada irá otimizar o espaço.

Na Central de Triagem existe 01 (uma) cela para acolhimento de menores e 01 (uma) para o recebimento de mulheres. No entanto, assim que recebe custodiados nas referidas circunstâncias é solicitado, de imediato, as suas transferências.



A Central de Triagem também possui cela para o cumprimento de pena em regime semiaberto.

O CRRA possui em seu quadro funcional 60 (sessenta) servidores, sendo 34 (trinta e quatro) agentes prisionais, 01 (um) psicólogo, 03 (três) motoristas, 01 (um) enfermeiro, 02 (dois) cargos diretivos, 03 (três) técnicos de enfermagem, 01 (um) pedagogo e 02 (dois) agentes de portaria.

A unidade possui ainda acesso à internet, telefone e fax.

O espaço físico do CRRA possui ainda 01 (uma) sala para identificação dos presos, 01 (uma) sala de revista feminina, 01 (uma) sala para o psicólogo, 01 (uma) sala para odontólogo, porém não há dentista e nem material no CRRA, 01 (uma) sala para o pedagogo, 01 (uma) sala para o setor social, 01 (uma) sala de observação, 01 (uma) sala de aula, 01 (um) sala para o setor social, 02 (dois) parlatórios, 01 (um) refeitório e 01 (uma) enfermaria, onde funciona a farmácia.

No centro da unidade, há 01 (um) solário que é destinado a prática de esportes.

A segurança do CRRA é realizada por 03 (três) Policiais Militares e há controle de entrada na referida instituição.

Observou-se que, o alojamento da Polícia Militar na unidade fica localizado dentro das muralhas do Presídio e não possui a segurança necessária aos servidores ali lotados.

Ressalte-se que, já existe pedido para construção de alojamento fora das muralhas do CRRA, inclusive com solicitação de material já realizada.

Foi informado ainda, que 11 (onze) agentes penitenciários trabalham por plantão e que os mesmos possuem alojamento no interior do presídio, inclusive os do sexo feminino.

Os funcionários do CRRA relataram para a equipe da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior que constantemente pessoas jogam drogas e celulares por cima das muralhas para dentro do presídio.

Verificou-se a existência de 02 (duas) execuções, das Comarcas e Moju e Ponta de Pedras, em que não houve o encaminhamento das guias definitivas.

A SUSIPE realiza visitas na instituição, inclusive com realização de mutirões e acompanhamento jurídico aos detentos.

Contatou-se ainda, que 28 (vinte e oito) internos estudam, sendo 15 (quinze) na primeira etapa e 13 (treze) na segunda etapa.

No momento da correição 05 (cinco) internos encontravam-se assistindo aula.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



Foi informado à equipe da Corregedoria do Interior que os presos da unidade que estudam possuem bom aproveitamento, já tendo ocorrido inclusive caso de um interno que obteve aprovação no vestibular em diversas universidades e que está com recurso pendente de julgamento, encarcerado há 02 (dois) anos e 02 (dois) meses.

Esclareceram também, que existe um plano educacional no interior da unidade, que é composto por palestras e que está em construção 01 (uma) sala de estudos.

O CRRRA possui enfermaria e realiza em média de 30 (trinta) a 40 (quarenta) atendimentos por dia.

No interior da unidade existem presos com doenças transmissíveis, mas não há a separação dos doentes, uma vez que a cela de isolamento ainda está em construção.

Foi relatado a existência de elevado número de dermatoses entre os detentos.

Há distribuição de remédios entre os detentos doentes.

Existe centro de testagem e aconselhamento.

Outrossim, verificou-se que existem celas separadas para os presos que trabalham e que os do regime semiaberto trabalham na área do presídio.

Existem 28 (vinte e oito) postos de trabalho para presos na CRRRA.

Há projeto para implementação de uma horta nas dependências da unidade.

Abaetetuba/PA, 24 de agosto de 2017.

Documentos em anexo:

Relação de Presos

Relação de Servidores



**VISITA À
DELEGACIA DE
POLÍCIA CIVIL DE
ABAETETUBA**



VISITA A DELEGACIA DE POLÍCIA

1. **Diretor:** Renata Gurgel

2. **Chefe de operação:** Jacemir Pires do Amaral

3. **Gerente administrativo:** 03

4. **Capacidade:** 21 (vinte e um) presos

5. **Lotação atual:** 27

6. **Presos:** 27 (vinte e sete), sendo 24 (vinte e quatro) no regime aberto e 03 (três) no regime fechado.

Obs: Presos provisórios e condenados dividem a mesma cela.

8. **Quantidade de celas:** 03 (três) celas no bloco e 01 (uma) para o regime semiaberto

9. **Quantidade de servidores:** 32

10. **Internet:** (X) Sim () Não ctab@webmail.susipe.pa.gov.br

11. **Telefone:** () Sim () Não (91) 3751-4956

12. **Fax:** (x) Sim () Não

Obs: Existe 01 (uma) multifuncional

13. **Parlatório** (X) Sim () Não

14. **Sala para audiências** (X) Sim () Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

15. Refeitório: () Sim (X) Não

16. Ambulatório/Enfermaria: () Sim (X) Não

17. Banho de sol: () Sim (X) Não

10. Visitas: Não

11. Farmácia: () Sim (X) Não

12. Carros funcionais: não

13. Visita carcerária pelo MP: (x) Sim () Não

14. Visita carcerária pelo Juiz: (x) Sim () Não

15. Atendimento jurídico: Não, somente advogado particular.

Observações da equipe:

A equipe da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior localizou diversos bens apreendidos vinculados à processos em andamento.

Documentos em anexo:

Relação de Crianças

Relação de Servidores



**VISITA AO
ABRIGO DE
CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
DE ABAETETUBA**



VISITA AO ABRIGO DE ABAETETUBA

1. Diretor: Claudia Lobato (Coordenadora)

2. Capacidade: 12 (doze), sendo 08 (oito) crianças e 04 adolescentes (0 a 18 anos)

Obs: Há 01 (um) bebê de 01 (um) ano e 07 (sete) meses.

3. Quantidade de servidores:

23 (vinte e três) funcionários divididos em 04 (quatro) turnos, sendo:

Psicólogos: 01 (um)

Motorista: 01 (um) Prefeitura

Assistente Social: 01 (um)

Pedagogo: 01 (um) – Educador Social

4. Internet: (x) Sim () Não

5. Telefone: () Sim (x) Não – não tem telefone fixo

6. Fax: () Sim (X) Não

7. Refeitório: (x) Sim () Não

Servem café, lanche, almoço, lanche e jantar

8. Ambulatório/Enfermaria: () Sim (x) Não

Há encaminhamento para UPA

9. Visitas:

Sim, podem ser realizadas diariamente por pais, familiares, vizinhança e terceiros, nos seguintes horários:

Manhã: 08h:00 as 11h:00



Tarde: 15h00 as 18h:00

10. Farmácia: () Sim (x) Não

11. Carros funcionais:

01 (um) Kombi, que efetua o transporte das crianças;

01 (um) rabeteiro para transporte nos rios.

12. Visita pelo MP: (x) Sim () Não

Obs: A Defensoria Pública também realiza visitas no abrigo.

13. Visita pelo Juiz: (x) Sim () Não

Observações da equipe:

A equipe da Corregedoria verificou que existe um casal de irmãos apto a adoção.

As crianças e adolescentes são atendidos pelo psicólogo e assistente social.

Constatou-se também, que as crianças estudam nas escolas do município e realizam atividades extra (dança, religião e desporto).

Por fim, verificou-se que 04 (quatro) crianças foram encaminhadas para a Comarca de Marabá, por determinação judicial, para acompanhar mãe que está em tratamento contra vício de drogas.

Documentos em anexo:

Relação de Presos

Relação de Servidores